

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES
SOBRE UM POVO EM BUSCA
DE UMA IDENTIDADE

ROBERTO DAMATTA | CLAUDIA COSTIN | MARIO VARGAS LLOSA | SILVIO
MEIRA | LUÍS ROBERTO BARROSO | ANA CARLA ABRÃO | SÉRGIO ABRANCHES
NÉLIDA PIÑON | HUSSEIN KALOUT | TABATA AMARAL | PEDRO DE CRISTO
DANIEL JOSÉ | CARLOS SILVA | DANIEL GIL | EDUARDO SAGGIORATO

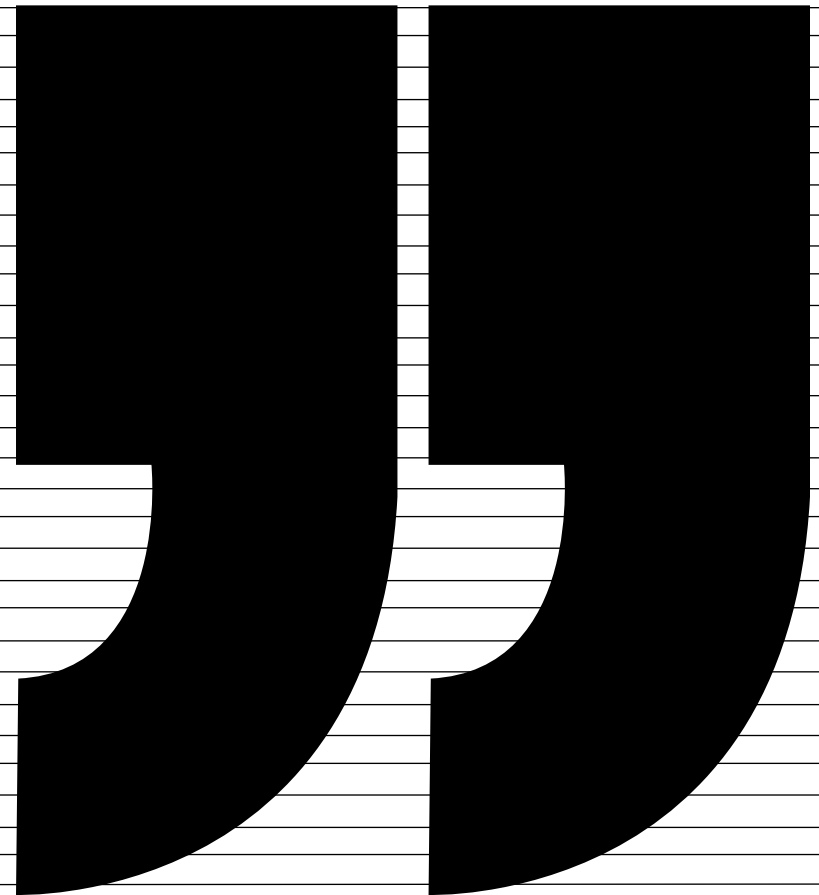


ANA PAULA VESCOVI | ANDRÉ BARREIRA | ANDRÉ FARBER | ANDRÉ FONTAN KÖHLER | ANDRÉS VELASCO | ANNE
YRES BRITTO | BEN ROSS SCHNEIDER | BERNARDO MUELLER | BETO VASCONCELOS | BORIS FAUSTO | BRITALD
CARLOS PEREIRA | CARLOS RITTL | CARLOS WIZARD | CHRISTIAN DUNKER | CHRISTIAN LOHBAUER | CIRO BIDEI
DANIEL A. BELL | DANIEL FEFFER | DANIEL GÓMEZ GAVIRIA | DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA | DANIELA CAMPELLO | D
ENIS MIZNE | DENIS ROSENFELD | DENISE GENTIL | DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES | DIEGO WENECK ARGU
VALIERI | EDUARDO MUFAREJ | ÉRICA GORGA | EUGENIO MUSSAK | FABIANA DE FELÍCIO | FABIO GIAMBIAGI
HÜLER | FERNANDO SOTELINO | FILIPE CAMPANTE | FLORA MOKGOHLOA | FLÁVIO AUGUSTO | FLÁVIO ROC
EIRO | GABRIELA FUSCO MENDES | GANDRA FILHO | GAUDÊNCIO TORQUATO | GEORGE NIARADI | GERALDO
HAND | GUILHERME ROSSO | GUSTAVO FRANCO | GUSTAVO HADDAD BRAGA | GUSTAVO LOYOLA | HITENDRA
ABELLA TEIXEIRA | JAN GEHL | JAN ŠVEJNAR | JANAINA PASCHOAL | JAYSE FERREIRA | JERRY DÁVILA | JOE
HEINKMAN | JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI | JOSÉ BELTRAME | JOSÉ EDUARDO FARIA | JOSÉ FREDERICO LYR
ISÉS | JOÃO CORDEIRO | JOÃO MARCELO BORGES | KENNETH MAXWELL | LACIR BALDUSCO | LARRY DIAM
FRONILHA | LUCIANA YEUNG | LUCY BERNHOLZ | LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA | LUIZ FELIPE D-AVILA | LI
OCCHIE BARBOSA | LÚCIA DELLAGNELLO | MANSUETO ALMEIDA | MARCO ANTONIO TEIXEIRA | MARCO ANTOI
VA | MARIO VARGAS LLOSA | MARIVALDO PEREIRA | MARTA ARRETCHÉ | MARTIN CARNOY | MARY DEL PRIO
BREGA | MICHAEL COPPEDGE | MICHAEL SANDEL | MILTON SELIGMAN | MÁRIO SPINELLI | MÁRLON REIS | NAC
ION | OLAVO BATISTA FILHO | OSCAR VILHENA | OSKAR METSAVAHT | OTAVIANO CANUTO | OTÁVIO MIRA
BERTO GALVÃO | PAULO SOTERO | PEDRO GUASTI | PEDRO HENRIQUE DE CRISTO | PETER HAKIM | PIERPAOI
GINA CÉLIA ESTEVES DE SIQUEIRA | RENAN FERREIRINHA | RENATO JANINE RIBEIRO | RENATO NALINI | REN
NUNES | RITA DE CÁSSIA BIASON | RITA RAMALHO | ROBERT KAUFMAN | ROBERT LAWSON | ROBERTO AGUNE
BERTO POMPEU DE TOLEDO | ROBERTO ROMANO | ROBERTO SETÚBAL | RODOLFO FIORI | RODRIGO ABREU |
RUBENS BARBOSA | RUBENS FIGUEIREDO | SAMUEL PESSÔA | SERGIO ALMEIDA | SERGIO FAUSTO | SERGIO MOR
THOMAS TREBAT | TÁBATA AMARAL DE PONTES | TÂNIA COSENTINO | TÂNIA PINC | VALDEMIR PIRES | VICENTE
WILLIAN BUENO E SILVA | WILLMANN COSTA | WILSON POIT | WÁLTER MAIEROVITCH | YING LOWREY | YUNING
BERTO RAMOS | ALEXANDRA LORAS | ALEXANDRE SCHWARTSMAN | ALEXIS WICHOWSKI | AMARA MOIRA |
HÜLER | ANDRÉS VELASCO | ANNE LIN GOODWIN | ANTHONY PEREIRA | ARMANDO CASTELAR | ARTURO PO
VASCONCELOS | BORIS FAUSTO | BRITALDO SOARES | BRUNO SANTOS | CAIO BLINDER | CARLOS ALEXANDRE M
DUNKER | CHRISTIAN LOHBAUER | CIRO BIDERMAN | CLAUDIA COSTIN | CLAUDIO HADDAD | CLAUDIO WEBER |
DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA | DANIELA CAMPELLO | DANILO LIMOEIRO | DAVID FRIEDMAN | DAVID SAAD | DEBO
RANNE DE OLIVEIRA NUNES | DIEGO WENECK ARGUELHES | DJAMILA RIBEIRO | DUVAL GUIMARÃES | EDMUND
MUSSAK | FABIANA DE FELÍCIO | FABIO GIAMBIAGI | FELIPE SALTO | FERNANDA ROSA | FERNANDO ABRUCIO | FE
MOKGOHLOA | FLÁVIO AUGUSTO | FLÁVIO ROCHA | FRANCESC BADIA I DALMASES | FRANÇOIS DE BREMAEKER |
TORQUATO | GEORGE NIARADI | GERALDO ZAHARAN | GERMANO GUIMARÃES | GINA ALBUQUERQUE | GLÓRIA
HADDAD BRAGA | GUSTAVO LOYOLA | HITENDRA PATEL | HUMBERTO DANTAS | HUSSEIN | KALOUT | HÉLIO BE
PASCHOAL | JAYSE FERREIRA | JERRY DÁVILA | JOEL PINHEIRO DA FONSECA | JOICE TOYOTA | JORGE CALDEIRA
JOSÉ EDUARDO FARIA | JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO | JOSÉ GOLDEMBERG | JOSÉ MARIO BRASILIENSE | JOSÉ
MAXWELL | LACIR BALDUSCO | LARRY DIAMOND | LAURENTINO GOMES | LAWRENCE REED | LEANDRO COSTA
BRESSER-PEREIRA | LUIZ FELIPE D'AVILA | LUIZ FELIPE PONDÉ | LUIZ FLÁVIO GOMES | LUIZ PINTO | LUIZA HELI
MARCO ANTONIO TEIXEIRA | MARCO ANTONIO VILLA | MARCO AURÉLIO MELLO | MARCOS HOLANDA | MARC
ARRETCHÉ | MARTIN CARNOY | MARY DEL PRIORE | MARY PAULA ARENDS-KUENNING | MARÍLIA LOUVISON | M
SELIGMAN | MÁRIO SPINELLI | MÁRLON REIS | NACIME MANSUR | NARA PAVÃO | NELSON JOBIM | NEY PRADO |
METSAVAHT | OTAVIANO CANUTO | OTÁVIO MIRANDA | PABLO VALENZUELA | PATRICIA MOSSER | PAUL LAGU
HENRIQUE DE CRISTO | PETER HAKIM | PIERPAOLO BOTTINI | PRISCILA CRUZ | RAFAEL CORTEZ | RAFAEL PALM
RENATO JANINE RIBEIRO | RENATO NALINI | RENATO OPICE BLUM | REYNALDO FERNANDES | RICARDO AMATT
RUFMAN | ROBERT LAWSON | ROBERTO AGUNE | ROBERTO AZEVÊDO | ROBERTO DAMATTA | ROBERTO GIANNE
SETÚBAL | RODOLFO FIORI | RODRIGO ABREU | RODRIGO SOARES | RODRIGO ZEIDAN | ROHIT AGGARWALA | R
SERGIO ALMEIDA | SERGIO FAUSTO | SERGIO MORO | SHANG-JIN WEI | SILVIO GENESINI | SILVIO MEIRA | SÉRC
COSENTINO | TÂNIA PINC | VALDEMIR PIRES | VICENTE FALCONI | WAGNER GIOVANINI | WALTER FANG | WILLIAI
OVITCH | WÁLTER MAIEROVITCH | YING LOWREY | YUNING GAO | ZEINA LATIF | ZYSMAN NEIMAN | ADRIANA ABDEN
SCHWARTSMAN | ALEXIS WICHOWSKI | AMARA MOIRA | ANA CARLA ABRÃO | ANA MARIA DINIZ | ANA PAULA V

UM BRASIL

ANÁLISES E DISCUSSÕES
SOBRE UM POVO EM BUSCA
DE UMA IDENTIDADE

ROBERTO DAMATTA | CLAUDIA COSTIN | MARIO VARGAS LLOSA | SILVIO
MEIRA | LUÍS ROBERTO BARROSO | ANA CARLA ABRÃO | SÉRGIO ABRANCHES
NÉLIDA PIÑON | HUSSEIN KALOUT | TABATA AMARAL | PEDRO DE CRISTO
DANIEL JOSÉ | CARLOS SILVA | DANIEL GIL | EDUARDO SAGGIORATO



O BRASIL DAS NOVAS IDEIAS

O que você tem em mãos é um material rico sobre o Brasil. Parte de uma série de entrevistas que teve início em 2014 ouvindo intelectuais, acadêmicos, empresários e todos aqueles dispostos a debater os problemas e rumos do País em seus diferentes aspectos de maneira plural e apartidária.

A riqueza de opiniões se reflete na diversidade de assuntos abordados, que vão da democracia à condução da política econômica, da educação passando pela qualidade da gestão pública até os gargalos do Poder Judiciário.

Patrocinado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o trabalho do UM BRASIL é multicanal. Além de centenas de entrevistas – disponíveis gratuitamente na web e em publicações –, são produzidos documentários, reportagens multimídia, eventos e outros produtos que pretendem estimular e contribuir para a melhora do senso crítico da sociedade em relação à nação.

Este livro reúne ainda charges de Adão Iturrusgarai, Benett, Caco Galhardo e Jean Galvão, que ilustram temas controversos do cotidiano nacional com leveza e humor.

Conheça mais em www.umbrasil.com

  @canalumbrasil
contato@umbrasil.com

[illegible]ROBERTO
DAMATTA

Antropólogo e escritor,
é autor de diversas obras
nas áreas de antropologia,
sociologia e ciências
políticas, entre elas,
o clássico *Carnavais,
malandros e heróis:
para uma sociologia do
dilema brasileiro* (1979).

CLAUDIA
COSTIN

Professora universitária da FGV-Rio e diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV. Foi secretária de Cultura do Estado de São Paulo, secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro e diretora global de Educação do Banco Mundial.

MARIO
VARGAS LLOSA

Escritor, jornalista
e ensaísta peruano.
É professor na
Universidade de Princeton
e ganhador do Prêmio
Nobel de Literatura.

SILVIO
MEIRA

Professor associado
da Escola de Direito
da FGV-Rio.

LUÍS
ROBERTO
BARROSO

Ministro do Supremo
Tribunal Federal (STF).

ANA
CARLA ABRÃO

Economista, foi secretária da Fazenda do Estado de Goiás entre 2014 e 2016 e presidente do Conselho de Gestão Fiscal da cidade de São Paulo.

52

**SÉRGIO
ABRANCHES**

Sociólogo, cientista político, ambientalista e autor do livro *A era do imprevisto* (2017).

66

**HUSSEIN
KALOUT**

Cientista político, professor de Relações Internacionais e pesquisador licenciado da Universidade Harvard.

60

**NÉLIDA
PIÑON**

Imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) e primeira mulher a ter presidido a instituição.

76

DEBATE: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES COMEÇA NA ESCOLA

**TABATA
AMARAL
DE PONTES**

Fundadora do Mapa Educação e do Movimento Acredito.

**PEDRO
HENRIQUE
DE CRISTO**

Fundador e presidente do Instituto Brasil 21.

**DANIEL
JOSÉ DE
OLIVEIRA**

Economista e consultor de educação.

84

DEBATE: O PAPEL DO ESTADO NO ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO

**CARLOS
ALBERTO
SILVA**

Professor de MBA e pós-graduação da FGV IDE.

**DANIEL GIL
MONTEIRO
DE FARIA**

Engenheiro de telecomunicações e sócio-proprietário da Anova Sistemas.

**EDUARDO
SAGGIORATO**

Superintendente de negócios e operações da Agência de Desenvolvimento Paulista – Desenvolve SP.

PARA ENTENDER MELHOR A PERCEPÇÃO ENTRE DIREITOS E DEVERES NO BRASIL, O ANTROPÓLOGO ROBERTO DAMATTA EXPLICA AS PARTICULARIDADES DA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA AVANÇARMOS EM CIDADANIA, COM TODAS AS COMPLEXIDADES DAS RELAÇÕES COM O ESTADO E OS VÍCIOS ALIMENTADOS AO LONGO DE SÉCULOS, QUE FAZEM DO BRASIL UM PAÍS DESIGUAL E RESISTENTE A MUDANÇAS.





A ideia de
povo não
inclui todo
mundo no
Brasil.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

O SENHOR CONSIDERA QUE, HOJE, DEVER E DIREITO TÊM PESOS DIFERENTES NA CONCEPÇÃO DO BRASILEIRO, NA RELAÇÃO DELE COM O PAÍS E COM A SOCIEDADE?

Estamos começando a descobrir que todo direito implica um dever. E todo dever, eventualmente, se constitui em um direito. Não estou falando de coisas contratuais, que precisam ser escritas e registradas em cartório. Eu chamo isso de um surto de igualitarismo. Existe uma demanda da sociedade em relação a uma coisa muito óbvia: o Estado tem um dever para com a sociedade que o sustenta. Há uma espécie de descoberta de que, juntos, é possível atuarmos de maneira mais profunda, eficaz, clara, visível e bombástica. Outro dia vi um cartaz onde se lia: “Estamos mudando o Brasil, não se assustem”. Realmente há uma mudança na reivindicação dos direitos ao Estado. Ao pedir seus direitos ao Estado e começar a cobrar os deveres dele, também está implicitamente cobrando a sociedade, que já faz muito. A sociedade faz um bocado, porque a gente paga imposto que não acaba mais.

DÁ UM CERTO PROTAGONISMO E ATÉ UM CERTO CHARME IR RECLAMAR CONTRA O ESTADO, QUE TEM SUAS CULPAS E SÃO VÁRIAS, INCLUSIVE, MAS NÃO SE FAZ UMA MUDANÇA SE NÃO SE MUDAR O INDIVÍDUO. E AÍ A PERGUNTA É: O QUE VOCÊ MUDOU?

Sem dúvida. Eu diria que, no caso brasileiro, é muito importante que se faça um inventário dos papéis sociais que desempenhamos, porque nós atuamos. Em uma peça do Shakespeare, ele diz: “O mundo é um palco, nós todos somos atores nesse palco”. É o que eu chamo de “axioma de Shakespeare”. Eu acrescento, como sociólogo: nós não fizemos a peça. Você não inventou o Brasil, nem eu. Nós nascemos e não escolhemos entrar nem na família em que estamos. Por isso, os mais velhos têm mais responsabilidade, sobretudo aqueles que trabalham com opinião pública. É difícil querer mudar em uma sociedade que nunca se pensou por meio das responsabilidades individuais, que sofre dessa “Estadomania”, “Estadolatria” e “Estadopatia”, que, aliás, são males latino-americanos. Não queremos mudar e recusamos a discussão da mudança na sociedade. Desejamos um Estado que mude para nós aquilo que é desagradável. Quando você vê uma pessoa jogando lixo no chão, você não reclama com ela. Você critica a falta da fiscalização que deveria estar ali para reprimir.

É VERDADE. ESPERA-SE QUE ALGUÉM VÁ CORRIGIR, E NÃO QUE A PESSOA NÃO JOGUE O LIXO.

A nossa reclamação é esta: devia ter uma lei que impedisse. Existem leis contra cigarro, celular em teatro e cinema. Até os atores, antes de começarem as suas peças, falam. Mas aparece o celular, e aí o que você faz? A única maneira de internalizar nas pessoas as regras que levariam a uma sociedade mais igualitária é justamente mostrando que elas desempenham papéis sociais. Querendo ou não, as pessoas são importantes porque frequentam e constroem os espaços públicos. Portanto, elas são também parte de uma moralidade, que é a coletiva. Construir um espaço público é contribuir para a moralidade de um lugar e para o bem-estar de todo mundo que frequenta aquele espaço público. Mas a gente não acredita na mudança e achamos que há muita coisa que não muda nunca. Temos inclusive uma percepção de que a lei é um obstáculo. Como se pode mudar isso? Primeiro, politizando o problema e o discutindo. Todas as mudanças que ocorrem no espaço humano, que é bastante complexo, requerem uma problematização, é preciso admitir a mudança. É como uma pessoa admitindo que seja alcoólatra – que é o primeiro passo para ela deixar de ser. Mas, se você acreditar que o Brasil não muda, estará de fato fazendo uma mudança terrível, contribuindo para que o País não mude mesmo. É como falar: “Não estou fazendo nada”.

HÁ UM PROBLEMA DE SE PERCEBER O ERRADO PARA SE CORRIGIR?

Nós somos o País da vergonha, não da culpa, isso já vem sendo discutido há cinquenta anos. Antropólogos americanos fizeram uma correlação e afir-

maram que as sociedades de culpa são mais igualitárias e individualistas. As pessoas têm mais consciência da sua autonomia individual. Logo, quando erram, mesmo que ninguém saiba, confessam. Isso acontece no velho Calvinismo, que colonizou parte da Europa e construiu parte da ideologia e da cultura dos Estados Unidos. Nós somos católicos, então, temos vergonha e confessamos para um padre, que não pode contar para ninguém a nossa confissão. Quando alguém é pego, recorre à mentira, como estamos fartos, cansados de saber. É o cara de pau que não admite a culpa.

O CENÁRIO POLÍTICO TEM SIDO PRÓDIGO NISSO.

Para você ser um bom político, tem que ser esse sujeito, que só vai considerar alguma vergonha se for pego. Nós falamos: “Que vergonha! A pessoa em que acreditávamos querer mudar o Brasil é um mero ladrãozinho”. Porém, a gente esquece isso na próxima eleição. Essa é outra discussão, que tem uma profundidade imensa, o que é a coisa pública no Brasil.

O BRASILEIRO SE RECONHECE COMO SOCIEDADE?

A ideia de povo não inclui todo mundo no Brasil. Quando se fala do povo, o brasileiro está falando das pessoas carentes, que é outra coisa a ser discutida e reformulada, porque todos nós somos o povo. Todos nós somos pessoas comuns, mesmo as que ocupam cargos de responsabilidade e são ricas. Temos obrigações coletivas que são inadiáveis e inexoráveis para com a nossa coletividade e somente agora, no século 21, estamos descobrindo isso. Não podemos jogar o lixo onde quisermos. Você não pode, ao ir a um jogo

de futebol, tomar uma bebida e jogar a garrafa onde achar melhor. Em casa, você podia fazer isso porque a mamãe pegava a garrafa ou o empregado. Se você vai à praia e faz um piquenique, você pega o seu lixo e o leva para uma lixeira. É simples, assim como você tem obrigação de cuidar do seu próprio bem-estar e da aparência. É um respeito que estou mostrando para mim mesmo e para a relação que eu tenho com os outros. Mas esse tipo de consciência igualitária está começando a surgir de uma maneira muito epidêmica no Brasil, ou, para usar a palavra certa: contagiante. Por isso, surge um surto de igualitarismo que pode ser percebido em várias áreas, com as pessoas se sentindo mais incomodadas com a falta de serviços públicos básicos. No fundo, nosso problema é muito mais de igualdade do que de desigualdade. As situações que mais nos constroem não são as situações nas quais você sabe quem é o superior ou quem é o inferior. São aquelas nas quais todos são iguais e têm que obedecer.

A IGUALDADE CONSTRAE A SOCIEDADE BRASILEIRA?

Sim. O cidadão brasileiro fica muito mais ansioso e nervoso – e muito mais pronto a argumentar ou a espernear – em situações de igualitarismo, esperando, por exemplo, na fila do restaurante. É quando se diz: poxa, eu vou esperar meia hora? Eu sou fulano de tal, não vou ficar esperando. Aí vem a resposta: se o senhor quer comer no meu restaurante, o senhor precisa entrar na fila. Tem que ter uma fila. A fila ainda é um problema para nós. Utilizando um termo de Claude Lévi-Strauss (antropólogo e filósofo francês, considerado fundador da antropologia estruturalista), eu diria que a fila é a “es-

trutura elementar” da democracia, onde quem chega primeiro é atendido e servido. Quem chega por último fica por último. Essa regra, nem preciso dizer, não é cumprida no Brasil, porque as pessoas mais “importantes” são exatamente aquelas que chegam por último.



HÁ UM MITO NO BRASIL DE QUE A ESCOLA PÚBLICA É MUITO RUIM E A ESCOLA PRIVADA É MUITO BOA. AMBAS SÃO RUINS.

Não será possível acreditar em uma revolução educacional no Brasil enquanto forem mantidos modelos de ensino uniformizados, pouca prática profissional por parte dos futuros professores e baixa participação dos pais na formação escolar dos filhos. Essa é a opinião de Claudia Costin, à época diretora global de Educação do Banco Mundial, que trata ainda da educação como estratégia básica para o avanço econômico das nações em desenvolvimento e erradicação da pobreza. A entrevista foi realizada em parceria com o Columbia Global Centers | Rio de Janeiro e o Lemann Center for Brazilian Studies da Universidade Columbia.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



QUAIS SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BANCO MUNDIAL NA ÁREA EDUCACIONAL?

O Banco Mundial é uma instituição que atua junto com governos para melhorar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. No caso específico, isso é feito ajudando governos com aconselhamento técnico e empréstimos (em alguns casos, doações), para que, de fato, a educação melhore. O mundo estabeleceu metas globais de desenvolvimento, uma delas para a educação. O mundo em desenvolvimento vive uma crise na educação, que também pode se transformar em oportunidade. A maior parte das crianças está na escola no ensino primário. Só que elas não estão aprendendo. Como garantir que todas as crianças aprendam? Isso tem a ver também com outra dimensão importante, que é a questão da equidade. A educação, se não for bem trabalhada com política pública, aumenta a desigualdade e não a diminui.

POR QUE AUMENTA A DESIGUALDADE?

Quando nós abordamos a política educacional, há um raciocínio muito tentador: por que não se investe apenas nos mais brilhantes entre os mais desfavorecidos, aqueles que já estão motivados, mesmo que vindos de meios muito vulneráveis, e que têm muito talento? Se a gente fizer só isso e não pensar que toda criança tem que aprender, estamos desperdiçando potencial e desrespeitando o direito básico da criança de aprender. O desafio agora, num certo sentido semelhante ao de colocar todas as crianças na escola, é sair do processo de massa quase fabril de ensinar a todos de uma maneira igual. O professor escreve no quadro e todos os alunos copiam, independentemente de habilidades e talentos de cada criança. Num processo um pouco mais personalizado de aprendizagem, você olha para cada criança com a sua capacidade distinta (ou maneira distinta, melhor dizendo) de aprender.

O PROFESSOR TAMBÉM PRECISA SER CUIDADO E APRENDER COMO ENSINAR?

Sem dúvida. Acho que ainda não se inventou (ainda bem) nada que substitua um professor de qualidade. O professor tem um papel-chave. Na educação de adultos da universidade, você tem alguns mecanismos, porque o adulto pode ter criado um processo de autodisciplina que o leva a prescindir de que cada aula seja

presencial. No caso de crianças e adolescentes, isso não é possível. E há uma série de competências relacionais, socioemocionais, que são importantes e que só um outro ser humano pode passar.

COMO AVALIA OS NÚMEROS EDUCACIONAIS DO BRASIL?

O Brasil foi o país que mais avançou no Pisa, um teste internacional de qualidade da educação, mas ainda está muito mal posicionado. Ocupamos o 58º lugar em matemática, entre 65 economias, o que não é aceitável para a oitava economia do mundo. Mas o Brasil foi o país que mais avançou de 2003 para 2012. Países que estavam em posições inferiores à nossa não tiveram avanços, em alguns casos até decaíram. Isso tem que ser comemorado, é fruto de algumas políticas educacionais corretas. O problema com o Brasil é a velocidade de transformação. Estamos evoluindo a passos lentos. Sabemos nossos números de educação porque nos quinto e nono anos, a cada dois anos, a qualidade da avaliação expressa em resultado de aprendizagem é revelada. A partir daí constatamos, por exemplo, que no antigo Primário, nos anos iniciais, estamos consistentemente avançando. Contudo, não estamos avançando no Fundamental II, e estamos mesmo piorando levemente no Ensino Médio. Como é a sala de aula? O que está acontecendo lá? Em primeiro lugar, um professor desmotivado, que não fez as pazes com a sua profissão e com as novas demandas dela. Uma coisa é ser professor de filhos de letrados. Outra coisa é ser professor de famílias que não tiveram acesso à escolaridade.

QUAL É A DIFERENÇA?

Olha, 68% do sucesso escolar de uma criança dependem da escolaridade da

família. Existe um processo natural que pais de maior escolaridade tornam quase imperceptível: o que se discute à mesa, a importância que se dá ao dever de casa ou ao sucesso escolar, as viagens, a ida a museus, os pais lendo jornal a cada manhã. Isso impacta. O professor, de uma certa maneira, vai ter de compensar essa falta de repertório dessa criança, que veio de um meio mais desfavorecido nesse sentido. Não quer dizer, necessariamente, que essa criança que veio de um meio mais humilde não tenha motivação, mas muitas vezes ela vai acumulando frustrações que vão trazer desmotivação. Se o professor tiver uma postura fabril e ensinar todos de maneira igual – aprendeu, aprendeu, não aprendeu, reprova –, esse jovem vai acabar acumulando frustrações e vai achar que ele é incompetente, se é que ele não recebe essa mensagem do próprio professor.

DADOS MOSTRAM QUE 47 MIL CRIANÇAS DE 5 A 13 ANOS ESTÃO LONGE DOS ESTUDOS. VÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, MESMO SENDO PROIBIDO.

Isso é um retrocesso que nos deixa tristes. O Brasil tinha avançado muito no combate ao trabalho infantil, embora fechasse os olhos para a mendicância, que é trabalho infantil, é exploração de trabalho infantil. Não se pode usar a desculpa de pobreza para aceitar crianças em situação de mendicância. O mundo desenvolvido tem também pessoas pobres e pessoas, em alguns casos, muito pobres, mas se um pai é pego com criança mendigando na rua ele é preso, porque isso é exploração de trabalho infantil. E num país que tem um sistema de transferência de renda como o Bolsa Família, que eu considero bom, não se

pode deixar crianças mendigando na rua. É um retrocesso e tem a ver com o fato de que o turno escolar no Brasil é muito reduzido.

POR QUE É TÃO DIFÍCIL MUDAR?

Primeiro, porque há interesses fortes em jogo. E aí podemos falar também da escola privada, porque há um mito no Brasil de que a escola pública é muito ruim e a escola privada é muito boa. Ambas são ruins. É fácil de entender por quê. Os professores são formados pelas mesmas universidades. Segundo, em razão dessa história dos dois turnos, que no caso da escola privada atende a interesses de formar mais gente. Quando eu estava no Rio de Janeiro, decidimos passar progressivamente todas as escolas para sete horas de aula por dia, num turno único. Mas não basta aumentar a carga horária, fazer mais do mesmo não vai mudar. Uma escola primária é uma escola para crianças e deveria se estruturar em outras bases.

QUAL É O DESAFIO QUE MOBILIZA VOCÊ EM SUA ATUAÇÃO NO BANCO MUNDIAL?

Está sendo uma experiência incrível cuidar da educação de todo o mundo em desenvolvimento. Tenho equipes na África, no sul da Ásia, em países extremamente desafiadores como o Afeganistão, na América Latina e na China. A cada dia acordo pensando no seguinte: eu quero garantir que cada criança e cada adolescente aprenda e que isso possa acontecer no mundo inteiro, respeitadas as realidades locais, mas com o benefício da experiência do mundo inteiro. Criança é criança em qualquer parte do mundo, vivem em famílias e condições distintas, mas são iguais e toda criança pode aprender.

Não estou sendo ingênua. Garantir que toda criança possa desenvolver esse potencial não é importante só para ela, não é importante só para o crescimento do país em que ela vive, mas é importante para construir paz no mundo. Estamos trabalhando com crianças refugiadas, sírias, ciganas, com as crianças de diferentes partes do mundo, na Palestina. Se conseguirmos que essas crianças tenham uma educação que não seja para o ódio, que eduque para uma cidadania plena e para uma empregabilidade futura, certamente podemos contribuir para construir um mundo diferente.



A SOCIEDADE PODE IR CORRIGINDO SEUS DEFEITOS, IR PROGREDINDO DENTRO DE UMA BUSCA ENTRE AS MELHORES OPÇÕES. ESSA É A VISÃO DO MODELO POLÍTICO QUE SATISFARIA UM DESEJO DE BUSCA PELA IGUALDADE, DE ACORDO COM O JORNALISTA E ESCRITOR MARIO VARGAS LLOSA. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, A LITERATURA E A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA SÃO OS TEMAS DESTA ENTREVISTA – REALIZADA EM PARCERIA COM A CÁTEDRA INSPER E O INSTITUTO PALAVRA ABERTA – COM O PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA.





Sem uma
participação
ativa e sem a
política captando
os melhores,
os elementos
mais idealistas
da sociedade,
a democracia
está condenada
ao fracasso.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista

POR QUE NÃO TEMOS MAIS INTELLECTUAIS NA POLÍTICA?

Digamos que há muita reticência para participar da política, não?! A política é vista, principalmente pelas novas gerações, com desprezo, como se fazer política não fosse uma atividade generosa, idealista e construtiva. E essa ideia, infelizmente, tão negativa da política se estendeu no mundo de hoje, não só na América Latina, mas também em países desenvolvidos. A política não atrai os melhores, não?! Precisamos convencer os jovens de que a política pode ser uma atividade idealista, construtiva e que, por meio dela, podemos mudar a história e a realidade das sociedades, criar oportunidades e trazer modernidade.

EM SUA PRÓPRIA TRAJETÓRIA, A POLÍTICA SURTIU DE FORMA MAIS EFETIVA. POR QUE DECIDIU CONCORRER À PRESIDÊNCIA NO PERU?

Bem, o fato de ter sido candidato foi provocado pelas circunstâncias em que o país estava na época e não tanto por opção. Eu nunca me interessei pela política profissional. Sempre participei desde muito jovem de debates públicos. Acho que isso é obrigação de todo cidadão. Mas não estava em meus planos me dedicar à política profissional. Aconteceu em circunstâncias especiais em que o Peru se encontrava na época. Mas acho muito importante que haja uma participação ativa da cidadania como conjunto na vida política, porque se deixarmos a política com os piores, ela nunca terá uma melhora nos níveis intelectual, científico e ético.

COMO O SENHOR ENXERGA A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA?

Acho que o maior problema com os jovens é a indiferença e até o desprezo pela vida política. Acho que é um dos grandes desafios para a democracia funcionar. Sem uma participação ativa e sem a política captando os melhores, os elementos mais idealistas da sociedade, a democracia está condenada ao fracasso.

O SEU ÚLTIMO LIVRO, CINCO ESQUINAS, FALA DO FIM DA ERA FUJIMORI. COMO ERA VIVER NAQUELA ÉPOCA?

Bem, era uma época muito difícil. Era uma época em que, primeiro, havia terrorismo. Havia uma guerra declarada pelo Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru

(MRTA), que encheu de mortos a região central, principalmente. Também havia um terrorismo de Estado, por intermédio do Exército, dos comandos organizados pelo próprio governo para o combate ao terrorismo com terrorismo. E que também usava a situação política para disfarçar e dar caráter político às suas feitorias. Havia um toque de queda muito estrito e tudo isso gerava um ar de insegurança, de claustrofobia. Acho que muitas das histórias contadas em *Cinco Esquinas* não teriam ocorrido sem esse contexto social de enorme tensão, muita violência e insegurança e enorme incerteza quanto ao futuro. Havia a sensação de que a ditadura estava nas últimas, que aquilo não ia durar, mas não sabíamos o que viria a substituí-la, o que viria depois dela.

EM CINCO ESQUINAS O JORNALISMO TAMBÉM TEM MUITA IMPORTÂNCIA...

Um tipo de jornalismo, não? Porque foi um fenômeno bem típico das ditaduras do Fujimori e do Montesinos usar o jornalismo escandaloso, a “imprensa marrom”, como elemento de coação contra a oposição e os críticos do governo. A ditadura se defendia afogando seus críticos em escândalos, atribuindo a eles fatos escandalosos e vergonhosos que os desprestigiavam enormemente. Isso, pelos pasquins que a própria ditadura financiava. O chefe de segurança da ditadura de Montesinos se gabava de escrever pessoalmente as manchetes dessa imprensa que foi sempre muito escandalosa. Eu fiquei muito impressionado sobre como a ditadura usou o jornalismo escandaloso, a “imprensa marrom”, com uma finalidade política tão óbvia. Essa foi minha primeira ideia para o livro, descrever um pouco o fim

da ditadura e expor a função desse jornalismo escandaloso justamente nessa etapa da história peruana.

O JORNALISMO TEM UMA IMPORTÂNCIA ENORME EM SUA VIDA.

Claro! Eu fiz jornalismo praticamente minha vida toda. Comecei a fazer jornalismo muito jovem, praticamente um garoto, e nunca parei de fazer. Além disso, estou convencido de que a função do jornalismo é indispensável para a cultura democrática dos países. Sem um jornalismo livre e responsável, as instituições seriam ainda piores.

O SENHOR, EM SUA VIDA POLÍTICA, CHEGOU A SER SIMPATIZANTE DA REVOLUÇÃO CUBANA...

Claro.

A QUESTÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS FOI FUNDAMENTAL PARA UMA ESPÉCIE DE REVISÃO DE SEUS IDEAIS?

Sem dúvida alguma, claro. Acho que minha geração, principalmente, foi muito marcada pela Revolução Cubana e ficou muito entusiasmada com ela. Parecia ser uma revolução diferente, mais livre, mais aberta, que iria admitir a existência de um pluralismo em seu seio. Isso entusiasmou muitíssimo, principalmente a minha geração, pois éramos jovens naquela época. Depois, acho que houve um desencanto, a Revolução não foi o que esperávamos. Pelo contrário, ela adotou um esquema muito rígido, muito copiado do modelo soviético de autoritarismo, com uma visão dogmática da própria. A Revolução eliminou a dissidência, eliminou a crítica interna e, com isso, claro, houve um grande desencanto. Em deter-

minado momento, Cuba chegou a ser o modelo que queríamos usar em todos os países, e hoje em dia ninguém acha, fora os grupos marginais e fanáticos, que Cuba seja o modelo que possa nos tirar da pobreza e do subdesenvolvimento.

QUE MODELO POLÍTICO SATISFARIA HOJE O DESEJO DE BUSCA PELA IGUALDADE?

Temos que abrir mão da ideia de trazer o paraíso à terra. O paraíso não pode ser trazido à terra, temos que achá-lo nas artes e em tarefas criativas. Talvez possamos alcançar algum tipo de perfeição em nível individual, mas a sociedade nunca vai ser perfeita. A sociedade pode ser perfectível, pode corrigir seus defeitos, progredir dentro de uma busca entre as melhores opções. Isso é o que representa a cultura democrática, e os países que fizeram disso sua cultura são os que prosperaram e progrediram mais, mas sem chegar à perfeição. São eles que conseguiram uma melhor qualidade de vida, reduziram mais a violência nas relações humanas e criaram as sociedades mais respeitáveis de nosso tempo. Acho que esse modelo está aí e admite variações quanto ao desenvolvimento de cada sociedade, mas não há modelos alternativos e, principalmente, acho que temos que nos conformar a procurar a perfeição em outros campos, e não nas visões histórica e social. Nela, a busca do paraíso sempre levou à criação do inferno.

COMO A LITERATURA PODE INFLUENCIAR A VIDA DOS LEITORES?

Acho que a literatura enriquece muitíssimo a vida das pessoas. Os leitores têm esse privilégio extraordinário de poder viver várias vidas ao mesmo

tempo, e não só a própria, que sempre é muito limitada. A vida dos personagens da ficção é muito mais rica, muito mais plena, cheia de aventuras que estão fora do alcance dos humanos no mundo real. Acho que viver essa vida enriquecida, a vida da ficção, nos transforma, nos enriquece e nos dá uma visão bem mais ampla, harmônica e sutil do que são as relações humanas, os sentimentos, as paixões humanas e desenvolve em nós um espírito crítico fundamental para uma sociedade progredir e não se estancar. Nada estanca mais a sociedade do que o conformismo, e a literatura luta contra ele. Essa experiência é a que todos os leitores de uma boa literatura têm.

CACO GALHARDO

DEZEMBRO 2016



”

O País não tem estratégia para nada e não explicita quais são os seus desafios. Isso me dá o direito, como pesquisador que sou, de pesquisar o que eu quero.



PROFESSOR ASSOCIADO DA ESCOLA DE DIREITO DA FGV-RIO, SILVIO MEIRA FALA SOBRE OS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE LÍDERES EMPREENDEDORES, A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO PARA ENFRENTAR OS PROBLEMAS BRASILEIROS E COMO MERCADO E SETOR PÚBLICO PODEM TRABALHAR JUNTOS PARA RESOLVER OS DESAFIOS NACIONAIS. A ENTREVISTA FOI REALIZADA EM PARCERIA COM O LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (LAB FGV).



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

COMO CONVENCER O CIDADÃO DE QUE UMA INICIATIVA PÚBLICA DE EMPREENDEDORISMO PODE SER EFICIENTE?

É absurdamente simples: ele precisa sentir que o Poder Público está de fato tentando resolver um problema que ele, cidadão, tem. O problema é que, em países como o Brasil, nós não temos uma estratégia para tratar grandes problemas nacionais. Temos um megaproblema nacional, que é o semiárido no Nordeste, por exemplo. Ele passa pela maior seca em cem anos e há pelo menos 150 é uma pseudo-prioridade. O problema da seca você trata continuamente com conjunto de políticas estratégicas para viabilizar uma economia de semiárido, como Austrália e Israel têm. Mas em vez de se escolher resolver aquele problema no que é possível, com ciência, com tecnologia, com novos métodos e processos, com educação, criatividade, inovação e empreendedorismo, fica-se mitigando as consequências *ad aeternum*. Quando você propõe ações de inovação nesse contexto, a exemplo do semiárido na Austrália, está efetivamente tratando essa classe de problemas, vamos dizer assim, porque, obviamente, é uma rede de problemas conectados com política pública há décadas. E com total apoio da cidadania, que vê o esforço, os erros, os acertos e os resultados.

NÃO É UMA VISÃO MUITO LIMITADA DIZER QUE O GOVERNO INVESTE POUCO OU INVESTE MUITO? NÃO SERIA INTERESSANTE DISCUTIR TAMBÉM EM QUE MEDIDA ENVOLVER OUTROS AGENTES?

É uma visão burra porque, principalmente em Estados periféricos e populistas, como é o nosso, as pessoas acham que a relevância de algo se dá na estrutura do poder. Então, se tem o Ministério, é porque é prioritário. A gente tem exemplo de governo com mais de 30 ministérios, dos quais 25 pelo menos eram completamente irrelevantes. No concerto do poder, ter um ministério é importante. Mas é relevante? Porque só seria relevante se houvesse uma estratégia e dela fossem derivadas políticas, ações e operações que levassem pelo menos à tentativa de resolver problemas reais. Quais são os grandes desafios brasileiros? Qual o grande desafio das cidades? Qual o grande desafio dos Estados, das regiões? Qual o grande desafio dos ecossistemas? Qual o desafio do País como um todo? Esses desafios têm de ser explicitados nos programas de governo e durante as respectivas execuções, em todos os níveis. Sem explicitar esses desafios, fica muito difícil fazer um conjunto de conexões, criando uma rede voltada para solucioná-los. “Olha, eu tenho este desa-

fio aqui e vou investir desta forma para criar, primeiro, a base de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, e a base e disseminação desse conhecimento, ou seja, de educação. Depois, vou incentivar processos de criatividade, inovação e empreendedorismo que vão pegar a parte que não é pública da solução desse problema e botar no mercado”.

DE QUE FORMA ISSO PODERIA SER FEITO NA PRÁTICA?

Exemplo típico: existe uma quase mitologia no Brasil sobre a capacidade de Israel de gerar empresas de alta tecnologia, em especial de alta tecnologia de informação e comunicação. Israel tem um problema extremamente bem definido de sobrevivência de segurança. Existe uma política pública para tratar isso, com *spin-off*, ou seja, com efeitos colaterais na iniciativa privada: o que não for usado, que não é de ataque e defesa, vai virar tecnologia civil para ser aplicada em várias coisas. Toda uma rede de formação de empreendedores, de criatividade, de investidores, de alguma forma, se apossa desses resultados de primeira ordem, que estão mais ou menos no contexto militar ou bélico ou de defesa, pega isso e transforma em ações de inovação e empreendedorismo no mundo civil, no mundo normal de business. Como resultado, tem-se quase um fluxo contínuo de criação de negócios de alta tecnologia em Israel.

COMO A ACADEMIA PODE SER ENVOLVIDA EM PROCESSOS DE INOVAÇÃO PARA O MERCADO E COMO VENCER ALGUMAS BARREIRAS INTERACADÊMICAS?

Se não fosse a academia, provavelmente não estaríamos refletindo sobre a

formação das galáxias, porque não há nenhum negócio privado que esteja preocupado com o Big Bang. Então, é de se esperar que a academia tenha o seu time. Mas é de se esperar também que a academia mais tecnológica – de ciência, tecnologia, engenharia, matemática, medicina, biologia e química – tenha uma conexão muito mais forte com o mercado. Senão ela faz tecnologia de prateleira. Tipo: “Já fiz tudo e agora só falta alguém para botar no mercado. Mas você conversou com alguém que estava no mercado?” Quando olhamos para os grandes centros geradores de novos negócios e tecnologia, vemos que existe quase uma interpenetração entre os ambientes privado e de investimento, de criação de novos negócios ou de negócios existentes e seus interesses nos desenvolvimentos acima ou abaixo da sua cadeia de valor em particular. Essa coisa não existe no Brasil. Sou professor universitário, estou aqui e não preciso fazer nada. Mas a academia também não pode ser a única culpada por isso. Por quê? O País não tem estratégia para nada e não explicita quais são os seus desafios. Isso me dá o direito, como pesquisador que sou, de pesquisar o que eu quero. Não vejo nenhum direcionamento ou priorização dos fundos públicos para resolver qualquer tipo de problema quando se trata de financiar ciência e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento, então me sinto no direito de pesquisar o que eu quero.

TEM COMO FORMAR UM CIDADÃO EMPREENDEDOR OU CONSTRUIR UMA CULTURA EMPREENDEDORA E INOVADORA?

As pessoas podem aprender a ser empreendedoras em um ambiente favorável. Agora, uma coisa que é absolutamente

fundamental nisso é o entendimento de que o processo de criação de empreendedores é o processo de criação de líderes. Antes de pensar em formar empreendedores, a gente tem que formar líderes. Mas, para liderar outros, primeiro, você tem que ser um líder de si mesmo. O primeiro princípio envolvido na formação do empreendedor é criar um ambiente com oportunidades de aprendizado, onde as pessoas desde muito jovens vão aprender a carregar a si próprias. Carregar no sentido de “eu sou o principal suporte de mim mesmo”. O líder é um cara que corre riscos, é um construtor de estratégias. Cada vez mais no mundo contemporâneo, um mundo em rede, onde cada um precisa empreender a si próprio, nós precisamos criar as oportunidades para que as lideranças se formem, eduquem-se. Quem cria o líder é o contexto no qual ele existe. É preciso habilitar as pessoas para fazer escolhas, tomar decisões, sabendo os riscos que estão correndo. Sem isso, é impossível ter empreendedorismo efetivo, não vou dizer nem de alto impacto. O Brasil não tem esse processo nem os lugares para formar esse pessoal hoje. E nem vai ter no curto prazo.





AS QUESTÕES VERDADEIRAMENTE CONSTITUCIONAIS DEVEM CONTINUAR NO SUPREMO, MAS TAMBÉM PRECISAMOS DE UM CHOQUE DE MODERNIZAÇÃO.

Para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, a litigiosidade que tomou conta do cotidiano nacional revelou a credibilidade do Poder Judiciário e, ao mesmo tempo, a disposição de parte da sociedade para descumprir obrigações comuns. Nesta entrevista, que integra a série “Diálogos que Conectam”, realizada em parceria com o evento Brazil Conference, Barroso discorre sobre suas ideias para solucionar os gargalos da Justiça, defende a revisão do foro privilegiado [gravação realizada antes das mudanças aprovadas pelo STF no direito ao foro privilegiado, em maio de 2018] e encara com otimismo o momento atual do País.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



MINISTRO, A SUPREMA CORTE BRASILEIRA NUNCA ESTEVE TÃO EXPOSTA À MÍDIA, TÃO SOLICITADA, TÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DO ESTADO DE DIREITO E PARA A MANUTENÇÃO DA NOSSA JOVEM DEMOCRACIA. QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE ESSE PROTAGONISMO?

Acho que é uma coisa circunstancial e, por longo prazo, indesejável. Numa democracia, as decisões políticas, como regra geral, devem ser tomadas no Congresso. Temos, no entanto, vivido um momento difícil na representação parlamentar brasileira porque o sistema político é muito ruim e porque os mecanismos de financiamento eleitoral revelaram desmandos de ordens diversas. Estamos vivendo um problema de ilegitimidade democrática e até de credibilidade, em alguma medida, das instituições representativas. Desejavelmente, a política requalificada deve reocupar o seu espaço, e o Supremo, voltar a uma posição de mais autocontenção e intervenção apenas pontual nas matérias em que cabe a ele atuar: proteção dos direitos fundamentais e defesa das regras do jogo democrático.

ESSE EXCESSO DE AÇÕES QUE CHEGAM PARA O SUPREMO NÃO É PROBLEMA DA CONSTITUIÇÃO?

Não. Parte da visibilidade que o Supremo tem é pelo desempenho de uma competência que ele não deveria ter, que é a de funcionar como um tribunal criminal para as pessoas que têm foro por prerrogativa de função. Ainda quando tinha uma inspiração original aceitável, que era dar certa proteção institucional à autoridade política, ninguém nunca imaginou que fosse haver, simultaneamente, 500 processos criminais no Supremo contra parlamentares. Sou um defensor da restrição drástica do foro privilegiado. O Supremo tem de tirar isso do seu colo, traz desgaste, traz desprestígio, traz uma politização indesejada e, pior, se trouxer impunidade. As questões verdadeiramente constitucionais devem continuar no Supremo, mas também precisamos de um choque de modernização no modo de selecionar os processos a julgar.

O SENHOR CARACTERIZA O FORO PRIVILEGIADO COM A EXPRESSÃO “RESQUÍCIO ARISTOCRÁTICO”. ISSO REMONTA À ERA DA FAMÍLIA IMPERIAL?

Aristocracia é uma forma de organização política em que alguns têm mais direitos do que os outros e o foro privilegiado acabou sendo isso, um privilégio que se dá. E, pior, um privilégio pela

impunidade. E, pior, no colo do Supremo. Portanto, tudo de ruim. Embora eu tenha chamado de uma reminiscência aristocrática, porque simbolicamente é isso, quem criou o foro privilegiado no Brasil, quem ampliou o foro privilegiado no Brasil, foi o regime militar, foi a Emenda n.º 1 à Constituição de 69, outorgada pelos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, três senhores, creia em mim, insuspeitos de exageros progressistas. Na verdade, a política tinha muito pouco poder, mas ganhou, em troca disso, imunidade.

O SENHOR DEFENDE QUE O FORO PRIVILEGIADO SEJA MANTIDO A QUEM [EM MAIO DE 2018, O STF RESTRINGIU O DIREITO AO FORO PRIVILEGIADO PARA CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO OU EM FUNÇÃO DO CARGO]?

É preciso saber o que se vai colocar no lugar do foro privilegiado. Há três ideias na mesa. A primeira é de deslocar a competência relativa às autoridades públicas que hoje têm foro para a Justiça comum, para a Justiça estadual, em que respondem os cidadãos comuns. Essa possibilidade tem um ar republicano, mas traz um inconveniente muito grande: ela não diminui a sensação de impunidade na população brasileira porque, nesse âmbito, as lideranças políticas locais são muito influentes e podem ser perseguidas ou protegidas. Ambas as coisas são ruins para a aplicação da Justiça, portanto, tenho dúvida se a fórmula seria boa. A solução que propus foi a criação de uma vara federal especializada, em Brasília, de primeiro grau, que ficaria encarregada de todos os processos que hoje envolvem autoridades com foro por prerrogativa. Um juiz com quantos auxiliares fossem necessários, escolhidos pelo Supremo, com

um mandato de quatro anos, ao fim dos quais seria automaticamente promovido por seu Tribunal, que é para não dever favor a ninguém. Acho essa fórmula boa, primeiro, porque tira da Justiça local e passa para um campo neutro. Brasília é bem longe do Brasil, o que daria certa imparcialidade e independência a esse juiz. Segundo, você teria uniformidade no tratamento. Seria muito ruim alguém, pelo mesmo fato, ser condenado no Rio Grande do Sul e ser absolvido no Acre. E, terceiro, porque acho que, embora o foro tenha produzido muitos abusos, a autoridade que se disponha a entrar na vida pública deve ter algum grau de proteção institucional. Defendo o foro e a criação de varas especializadas, uma para matéria penal e uma para matéria de improbidade administrativa, que é para a autoridade não ser demandada em Porto Alegre, em Rondônia, em Goiás, no Rio de Janeiro. A terceira e última ideia é ir para a Justiça comum, mas federal, dos Estados. Portanto, há três ideias na mesa. Troco o fim do foro por qualquer uma das três, mas acho que a criação de uma vara especializada é melhor para o País, é melhor para a Justiça e é melhor para os políticos.

E QUAL A SUA EXPECTATIVA DE QUE ISSO ACONTEÇA NUM CURTO ESPAÇO DE TEMPO?

Acho que o trem saiu da estação, mas eu não saberia dizer exatamente quando vai chegar. Tenho uma proposta encaminhada ao plenário de, independentemente de emenda constitucional, por interpretação, limitar-se o foro aos fatos praticados pelo parlamentar no exercício do mandato e em razão do mandato parlamentar. Portanto, se o fato foi praticado antes, quando ele era um cidadão comum, ou era prefeito, a competência não é do Supremo. E se o fato não tiver a

ver com o exercício do mandato, tampouco deve ser competência do Supremo. Se for Lei Maria da Penha, por exemplo, não tem por que vir para o Supremo. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, 93% dos casos deixariam de ser competência do Supremo se essa jurisprudência fosse aplicada. Por isso acho que é um salto de qualidade.

A JUSTIÇA COMO UM TODO ESTÁ CONGESTIONADA. ISSO MOSTRA QUE O CIDADÃO ESTÁ MAIS CIENTE DOS SEUS DIREITOS OU QUE A ARBITRAGEM ESTÁ SENDO RELEGADA A SEGUNDO PLANO?

Há dois tipos de judicialização: uma quantitativa e outra qualitativa. A judicialização quantitativa é essa que produziu os 100 milhões de processos em tramitação, mas que tem algumas facetas positivas. A primeira, as pessoas passaram a ter mais consciência dos seus direitos. A segunda é que revela certa credibilidade do Poder Judiciário, porque as pessoas se dispõem a ir até ele. A face ruim é que o Judiciário é uma instância patológica da vida, você só vai ao Judiciário quando briga. É um lugar de disputa, e se você tem 100 milhões de litígios, significa que você tem 100 milhões de pessoas brigando entre si. Essa não pode ser a forma normal de uma sociedade viver. A gente deve resolver os conflitos amigável e administrativamente. Essa litigiosidade revela ou um espírito belicoso ou uma imensa disposição para descumprir contratos ou obrigações em geral. O futuro advogado de sucesso não vai ser aquele que propõe uma boa demanda, mas aquele que não propõe demanda, que saiba negociar e levar às instâncias próprias de arbitragem. Mas, para isso funcionar, você precisa de duas partes de boa-fé que tenham um problema. Se uma das partes estiver de

má-fé, o Judiciário é um bom caminho, porque ele consegue procrastinar aquilo indefinidamente. Por outro lado, você tem a judicialização qualitativa, que leva para o Supremo a decisão sobre questões políticas, institucionais, éticas e econômicas decisivas para o País. É uma transformação, o Supremo passa a ser um ator relevante nesse contexto.

COMO MINISTRO, COMO CIDADÃO, O QUE MAIS O DEIXA ORGULHOSO E O QUE MAIS O DECEPCIONA NO BRASIL?

Nesses 30 anos de democracia, o Brasil conseguiu resultados extraordinários: estabilidade institucional, estabilidade monetária e inclusão social relevante. Acho que isso é motivo de orgulho. Derrotamos a ditadura, a inflação e a pobreza extrema, adversários que pareciam invencíveis. A educação está ruim? Está, mas nós conseguimos universalizar o ensino fundamental, estamos no processo de universalizar o ensino médio. Sei que tem problemas na qualidade, mas na vida não devemos ficar nos lamentando pelo caminho. De vez em quando, nós temos de olhar para trás, celebrar as vitórias que conquistamos e seguir em frente. É claro que o País não andou na velocidade desejada, mas nós andamos na direção e no rumo certos. Sou muito otimista em relação ao Brasil. É devastador o momento que estamos atravessando, em que se descobriu que não há espaço da vida pública brasileira que não esteja contaminado pela corrupção, mas acho que estamos mudando de paradigma. Estamos refundando um País, ensinando às novas gerações que ser honesto é melhor do que ser desonesto e, se for desonesto, vai ter consequências negativas.





”

Dois anos no
setor público
me fizeram
aprender que
nem sempre o
ideal é possível
na política.

QUANDO ESTEVE À FRENTE DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS, A ECONOMISTA ANA CARLA ABRÃO PROMOVEU REFORMAS ESTRUTURAIS COM FOCO EM AJUSTE FISCAL. ELA DEFENDE UM ESTADO MAIS TRANSPARENTE E ANALISA A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO CORPORATIVO. A ENTREVISTA FOI REALIZADA EM PARCERIA COM O *INFOMONEY*.

COMO SECRETÁRIA DA FAZENDA DE GOIÁS, VOCÊ PROMOVEU UM SEVERO AJUSTE FISCAL NO ESTADO. NA SUA VISÃO, ISSO CONTRIBUIU PARA QUE O ESTADO TIVESSE UM CAMINHO DIFERENTE DOS DEMAIS NO PAÍS?

Olhando em retrospecto para janeiro de 2015, quando assumi a Secretaria, Goiás era um Rio de Janeiro. O desequilíbrio fiscal, que já era bastante importante, aumentou demais em função da crise que tinha iniciado no segundo semestre de 2014. O que fizemos desde o primeiro momento foi implementar um ajuste focado em cortes de despesas, e não em aumento de impostos. E também começamos as privatizações. No fim de 2016, Goiás privatizou as centrais elétricas do Estado. Com ágio de 28%, foi um sucesso. Resultado: chegamos ao fim de 2016 com as contas já dentro da normalidade. O governo entrou em 2017 não só com as despesas cabendo nas suas receitas, mas com dinheiro em caixa para investir.

QUAL FOI O MAIOR DESAFIO QUE ENFRENTOU À FRENTE DA SECRETARIA?

O ajuste fiscal tem de ser entendido como um meio, e não um fim. Ele cria situações de restrições no curto prazo, o que gera resistências dentro do governo, nos servidores, na máquina pública de maneira geral e reverbera na sociedade. Então, a maior dificuldade foi justamente comunicar que aquele processo tinha como objetivo a retomada do investimento, porque o Estado não tinha condições. O que aconteceu com o Rio de Janeiro é emblemático. O ponto de partida é muito parecido com o de Goiás. Mas a nossa trajetória foi oposta. Chegamos a um lugar completamente diferente do Rio. O desafio é, em um momento agudo de cortes, de notícias ruins, de dizer “não”, comunicar às pessoas, à sociedade e à máquina como um todo que aquilo é um mal necessário para chegarmos lá na frente muito melhores.

COMO TIRAR O RIO DE JANEIRO DESSA SITUAÇÃO E FAZER AS REFORMAS NECESSÁRIAS AVANÇAREM?

Agora vão avançar, certamente. O Congresso aprovou a Lei de Recuperação, que é uma lei de falência para os Estados. O Tesouro Nacional não tinha esse instrumento para permitir que o Estado que entrasse em colapso pudesse sair do buraco.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

Agora, o Rio de Janeiro vai ser obrigado a tomar uma série de medidas para receber recursos. É um processo longo e doloroso, porque as restrições vão durar algum tempo. É uma solução difícil, mas pelo menos hoje o governador Pezão tem instrumentos para sair da crise. O grande problema do colapso (que em Goiás conseguimos evitar) é que se perde a capacidade de gestão. O Tesouro é obrigado a fazer o sequestro das contas e você fica sem recursos para gerir de fato, entrando em um processo de ingovernabilidade.

COMO QUE VOCÊ VÊ ESSE CAMINHO ATÉ AGORA PARA PODERMOS DIZER QUE A CRISE ESTÁ RESOLVIDA?

A crise está controlada. Começamos a ter sinais de aumento na arrecadação. Mas temos um problema enorme dos Estados que não está sendo tratado. A Previdência é uma bomba-relógio a minutos de explodir nos Estados mais jovens e a menos minutos nos Estados mais antigos. No Rio de Janeiro, já explodiu. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, como a faixa etária dos servidores públicos é alta, o déficit só cresce. Há muito a ser feito, do ponto de vista estrutural, sem depender do Tesouro. O primeiro passo é uniformizar as estatísticas fiscais. Hoje, cada Estado tem um grau diferente de liberalidade na publicação de suas contas, o que impede que tenhamos clareza em relação ao tamanho do problema de cada um. Precisamos de mais transparência. Acredito que isso possa ocorrer com uma revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, seria possível iniciar um processo estrutural para solucionar os problemas dos Estados.

AINDA HÁ MUITA RESISTÊNCIA ÀS PRIVATIZAÇÕES?

Sim. Sofremos isso em Goiás. A Celg precisava ser privatizada, porque era um gargalo para o desenvolvimento do Estado. As empresas queriam investir e se instalar em Goiás, e o fornecimento de energia era um problema. Ainda assim foi difícil, as centrais sindicais fizeram barulho, mas, no fim, deu tudo certo. Este é o lado bom da crise: como hoje as contas não fecham – pelas estatais e inchaço no número de servidores –, vamos reduzir os Estados.

ECONOMISTAS APONTAM QUE A NÃO APROVAÇÃO DAS REFORMAS SERIA UM MAL MUITO GRANDE PARA O PAÍS. VOCÊ CONCORDA COM ESSE DIAGNÓSTICO?

Sem as reformas, nós não conseguiríamos retomar a trajetória de crescimento. Precisamos de taxas de juros mais baixas, gerar empregos e, acima de tudo, crescer. O fato de haver dúvidas em relação à Reforma da Previdência gera impacto sobre a taxa de juros, o que influencia a trajetória de crescimento e a geração de empregos. Temos 14 milhões de brasileiros desempregados. A Previdência é uma prioridade pelo tamanho do problema, pelas questões financeira e legal.

AVENTA-SE O RISCO DE DILUIR DEMAIS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E REDUZIR SEU IMPACTO. QUAL A ALTERNATIVA CASO ELA NÃO TENHA O RESULTADO ESPERADO?

Não tem alternativa, a gente precisa aprovar a Reforma da Previdência. Se for muito diluída, vamos ter de voltar logo a esse tema. A Reforma Trabalhista é importante para dar força à economia.

Mas, do ponto de vista fiscal, a Reforma da Previdência é essencial. Dois anos no setor público me fizeram aprender que nem sempre o ideal é possível na política. Acho que o governo cedeu naquilo que era necessário para viabilizar a reforma. Como economista, digo que não deveria ter cedido. Mas, como alguém que viveu um pouco da cena política e dos bastidores, digo que é melhor do que não ter reforma alguma.

CADA VEZ MAIS OS NOMES DE NÃO POLÍTICOS ESTÃO GANHANDO ESPAÇO. O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS E O PREFEITO DE SÃO PAULO SÃO EXEMPLOS DE EGRESSOS DO MUNDO PRIVADO QUE CONQUISTARAM O ELEITORADO. COM UM NOME MAIS ALINHADO AO SETOR PRIVADO SERIA MAIS FÁCIL APROVAR AS REFORMAS DE QUE O BRASIL PRECISA?

Eu acho que 2018 será uma prova de fogo para o País. Nós veremos qual será a escolha da sociedade. Se quer alguém que dê força às reformas fundamentais ou prefere um governo populista. A única semelhança entre Trump e Doria é o fato de que ambos vieram do mundo privado, porque, do ponto de vista de gestão, são completamente diferentes. Mas 2018 definirá isso: independentemente do candidato, a escolha ficará entre as duas bandeiras: a do populismo, a do Estado grande, sem enfrentar os problemas; e a bandeira dos ajustes amargos, porém, necessários. Quando eu digo que as pessoas do mundo privado precisam vir para o setor público é em razão da gestão. Além de entender como o Brasil funciona, o empresário traz práticas de eficiência e cuidado com custos, conceitos com os quais o setor público não foi estruturado para trabalhar.

VOCÊ OCUPOU CARGOS IMPORTANTES NOS SETORES PRIVADO E PÚBLICO, NOS QUAIS A PARTICIPAÇÃO FEMININA AINDA É BASTANTE REDUZIDA. COMO É SER MULHER NESSES AMBIENTES AINDA PREDOMINANTEMENTE MASCULINOS?

É uma questão cultural: somos poucas porque nós não fomos criadas para isso. Minha mãe é uma senadora da República, certamente para ela foi muito mais difícil do que para mim, e eu espero que para minha filha seja menos difícil. Não sofri preconceito de forma explícita, mas implícita, um preconceito inconsciente, de ser preterida em algumas escolhas, porque é um mundo dominado por homens. É mais fácil a comunicação entre iguais do que entre diferentes. Mas é uma evolução, embora muito mais lenta do que gostaríamos. Temos de entender que ser mulher e ter uma vida executiva significa colocar 12 patinhos em uma caixinha de seis. Dois, três, às vezes, vão ficar de fora. E você vai ter de lidar com isso, administrar. Mas se você resolve o conflito interno, disposta a avançar e priorizar tudo isso, aí a questão do preconceito, as dificuldades, você enfrenta e segue adiante.

ADÃO ITURRUSGARAI

JULHO 2016





O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DESTRÓI EMPREGOS, ATIVIDADES PROFISSIONAIS E MODELOS DE NEGÓCIOS.

Sociólogo, cientista político e ambientalista, Sérgio Abranches fala ao UM BRASIL sobre seu livro *A era do imprevisto* (2017), que analisa o impacto da globalização e da digitalização na sociedade. Criador do termo “presidencialismo de coalizão”, Abranches discute ainda as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil passa e os desafios da mudança climática.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



VOCÊ DESCREVE O MOMENTO ATUAL COMO UMA GRANDE TRANSIÇÃO PELA QUAL O MUNDO ESTARIA PASSANDO. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DESSE MOMENTO?

A principal característica é que se trata de uma transição profunda, radical e absoluta. É o fim do mundo tal qual nós conhecemos. Alguns elementos fazem com que o mundo esteja perdendo sentido, parando de funcionar. Um novo mundo se forma. Mas nós não sabemos qual. Ainda não descobrimos suas características fundamentais. Há a evolução tecnológica rápida, com a digitalização da sociedade, acompanhando e viabilizando os processos de globalizações econômica, social, política e cultural. O processo gera um sentimento de crise. As modificações societárias radicais levam muitas coisas a parar de funcionar e outras a funcionar mal, até virar, e a maioria das coisas passar a funcionar bem. Pela primeira vez em muitos séculos, enfrentamos uma mudança que, embora causada por nós mesmos, não temos controle sobre ela. É a mudança climática, na biodiversidade. As vertiginosas mudanças científicas e tecnológicas transformam paradigmas e convicções. As ferramentas tradicionais não funcionam mais. O enfrentamento com a natureza, com a extinção enorme de espécies, nos leva a uma travessia entre o universo que conhecemos e aquele que vamos conhecer.

SOBRE A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: VOCÊ CONSIDERA QUE ESSA IDEIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SE ESGOTOU OU ESTÁ SE ESGOTANDO?

A ideia da representação analógica está se esgotando. O período da democracia representativa se baseava no seguinte processo: as pessoas não podiam ser consultadas adequadamente sobre as questões, então, elegiam alguns poucos para representá-las no processo decisório. Por outro lado, as pessoas não tinham informação suficiente nem em tempo real. Durante a campanha política, eram informadas sobre as questões e se identificavam com algumas informações. Hoje, vivemos numa sociedade na qual as pessoas têm informação em tempo real, sabem como e por que as coisas acontecem (ou pelo menos fazem uma ideia disso), têm opinião e trocam opiniões o tempo todo em rede. Então, a sociedade foi se digitalizando, mas a política continua analógica. A política aproveita algumas técnicas do mundo digital, mas não se imbuíu do fato de que a sociedade vive em rede e é mais democrática e menos controlável. O partido era uma forma de organizar essas ideias analógicas

em blocos, que permitiam às pessoas detectar aqueles que pensavam como elas. Eu duvido que os partidos sobrevivam ao processo de digitalização geral da sociedade. Acho que o partido, tal como nós conhecemos, não vai existir no futuro. O que será colocado no lugar eu não sei, mas o partido está parando de fazer sentido. Como a mudança social é muito rápida, vão se criando camadas e categorias sociais novas que não encontram representação nem no sistema partidário, nem no sindical, nem em lugar nenhum. Elas estão por conta própria. São pessoas que não têm carteira assinada nem contrato de trabalho fixo, não contribuem para sindicatos e não se sentem representadas pelos partidos.

A IDEIA DE DIREITA E ESQUERDA É UMA PROVA DE QUE AS CATEGORIAS POLÍTICAS ESTÃO PERDENDO O SENTIDO?

Sem dúvida, embora com desigualdade. Há um conjunto de ideias que se adaptou melhor a essas transformações. O que se chama, por exemplo, de “neoliberalismo”: dá soluções a crises fiscais do Estado, que embora tenham um custo social, funcionam. Se você aplicar um regime de austeridade fiscal, você consegue sanear as contas, financiar o Estado, e a economia cresce, mas aumenta a desigualdade. A chamada “esquerda” não conseguiu atualizar o seu pensamento, então, continua pensando em categorias tradicionais. A esquerda de matriz marxista continua a achar que a classe fundamental popular é o operariado industrial. Esse operariado industrial está desaparecendo, e hoje é minoria na categoria dos trabalhadores. A indústria manufatureira cada vez representa menos na economia. Nós estamos entrando na economia do conhecimento, criativa.

Então, não faz sentido você pensar em política dos setores populares baseado em uma determinada era do capitalismo que está acabando. Ser progressista hoje é pensar nas categorias que estão desprotegidas, sem assistência médica, sem seguro-saúde, sem previdência. A minha esquerda ideal tenta buscar formas compatíveis de proteger esses desprotegidos, levando em consideração as limitações do processo de globalização, como a responsabilidade fiscal. Não pode chegar um governo de esquerda e gastar tudo o que precisa; tem de haver prioridades, redistribuir o orçamento de forma equilibrada, porque senão ele produzirá uma crise, que será corrigida com a austeridade neoliberal, e esta afetará os mais vulneráveis.

AS DESIGUALDADES AUMENTAM ENTRE AS REGIÕES DO PLANETA, DENTRO DOS PAÍSES POBRES E ATÉ NOS RICOS. AS MUDANÇAS TÊM DEIXADO AS PESSOAS SEM SABER COMO SE PREPARAR PARA OS EMPREGOS DO FUTURO...

Sem dúvida. O processo de transformação destrói empregos, atividades profissionais e modelos de negócios. Estamos vendo isso nas indústrias do cinema e da música, no jornalismo. O mundo está mudando radicalmente. A sociedade responde a isso com o conceito “tudo está por nossa própria conta” e dissemina a ideia de empreendedorismo. Mas se você não tem talento para empreendedor, vai fracassar. Uma das questões do conceito de igualdade social é exatamente esta: criar oportunidades iguais para que as pessoas possam realizar diferentemente suas aptidões, desejos e capacidades. Nenhuma sociedade é homogênea, e a igualdade não evita a diversidade.

EMBORA EXISTA ENTRE OS MAIS JOVENS E NOS PAÍSES MAIS RICOS UMA CRESCENTE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, HÁ REAÇÕES DA POLÍTICA, COMO A DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, QUE CONSIDERA O AQUECIMENTO GLOBAL UMA FRAUDE. ESSA É OUTRA CRISE DO NOSSO TEMPO?

Nós fomos convocados a enfrentar um problema sobre o qual os próprios cientistas dizem não estar seguros. Essa é uma mudança no modo como a humanidade encara a ciência. Ao longo do iluminismo, sobretudo durante o século 20, nós nos acostumamos a olhar a ciência como uma coisa exata. O físico fazia previsões que davam certo e eram reproduzíveis em laboratório. Hoje, eles estão trabalhando como cientistas sociais, fazendo previsões probabilísticas. A sociedade estava acostumada a ouvir certezas dos cientistas e agora ouve dúvidas, o que provoca negação numa parte da sociedade e paralisia numa outra. Mas acredito que o movimento da sociedade possa ser auxiliado por decisões políticas sensatas. Estamos vendo isso nos Estados Unidos com o Trump: ele tomou decisões contrárias a todas as proteções ambientais e, ainda assim, a sociedade americana continua se comportando cada vez melhor nesse campo, seja adotando frota elétrica, seja fazendo mudanças nos Estados e nas prefeituras. Um dos aspectos fundamentais dessa mudança que vivemos é que ela vem incrementando o poder em dois polos: primeiro, aumentando o poder global, porque se eu desmato a Amazônia, eu não estou causando um problema só para a Amazônia, mas para o Brasil e o mundo; e segundo, aumentando o poder local, porque as cidades estão fazendo esforços para ficar cada vez mais inteligentes e autossuficientes. E esse é o caminho da democracia, que se realiza na cidade, deixando pouco para ser resolvido no plano nacional.

EXISTE UM COMPONENTE INÉDITO NA CRISE DA DIGITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, CUJA SOLUÇÃO NÃO TENHA EXEMPLOS HISTÓRICOS EM QUE SE BASEAR?

Sim. Nós temos condições técnicas de aceleração da história, mas essa aceleração só é compatível com uma comunicação digital em tempo real. Eu só consigo me mover profissionalmente, em qualquer categoria que exija estar em conexão com o mundo, se estiver conectado. Se não, fico desinformado rapidamente. Esse é um aspecto fundamental. Outro componente inédito é que nós podemos usar as máscaras que quisermos, construir personagens digitais, com fotografias, ícones. Podemos usar máscaras para nos comunicarmos de maneira mais livre e mais malévola. É como se eu pudesse colocar uma máscara e sair fazendo tudo o que quero sem censura, o que sempre foi um sonho do ser humano. O mundo digital permite que você faça isso, produzindo os fenômenos da linguagem do ódio e da difamação, o uso de robôs, as fake news. Tudo isso faz parte dessa liberdade nova, que precisa ser aprendida para se criar mecanismos de defesa. Alguns estão tentando fazer esse papel: os curadores de notícias, as agências de checagem das fake news, entre outros, que ajudam na tarefa de filtragem. Mas neste momento, há uma exacerbação, como há em tudo. Assim como a mudança social gera crise, a digitalização também gera crise, exagera coisas que já existiam no mundo analógico. A vida em rede será a vida que nós quisermos que ela seja.

COMO VOCÊ INTERPRETA ESSA TRANSIÇÃO, A ERA DO IMPREVISTO NO CENÁRIO BRASILEIRO?

O Brasil experimenta a transição de forma singular, porque nós ficamos atrasa-

dos em relação a muitas coisas. A conexão digital é muito cara, portanto, a digitalização é mais desigual do que em outros lugares do mundo similares ao nosso. Nós entramos nessa transição carregando um passivo, que podemos descartar se quisermos. É o que chamo de “a vantagem do atraso”, que é você não precisar repetir todos os passos da modernização pelos quais os outros já passaram. Não precisamos melhorar a eficiência dos nossos motores a combustão. Podemos ir direto para o carro elétrico. Esses saltos são possíveis. Na educação, teremos de fazer isso. Atrasamos tanto que não dá para ficar pensando em fazer uma sala de aula melhor. Agora é usar toda a tecnologia disponível para revolucionar e educar mais gente o mais rapidamente possível. Nossa democracia carregou consigo vícios do autoritarismo do regime militar e do sistema clientelista da Segunda República. Vivemos, neste agosto de 2017, um movimento contraditório: um grupo de pessoas, talvez a maioria, diz querer eleições diretas para substituir o presidente. No Amazonas, disputam a eleição direta dois representantes da velha oligarquia corrupta do Brasil. Assim, entramos na crise da democracia representativa com uma democracia da pior qualidade. Precisa ser revista de maneira radical.

VOCÊ CUNHOU O TERMO “PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO” PARA INTERPRETAR AS RELAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS. VOCÊ ACREDITA QUE ESSE MODELO SE ESGOTOU?

O modelo está em esgotamento, como todos os outros do mundo, seja o semi-presidencialismo francês, seja no parlamentarismo inglês. Mas, no caso do presidencialismo de coalizão, houve uma confusão, que é o fato de o presidente

ter de governar com alianças caso seu partido não consiga eleger a maioria no Congresso. Isso diferencia o presidencialismo brasileiro do americano. Aqui, um presidente sem maioria não governa. Seu mandato será finalizado de alguma forma. A maneira clientelista de fazer a coalizão e administrá-la se tornou mais corrompida. Essa prática já se exauriu, o Brasil não suportaria mais um “Petrolão” num próximo governo após 2018. Então, a prática tem de mudar, mas isso não se consegue simplesmente mudando a regra. É preciso mudar o comportamento, fazendo com que os políticos se exponham à sociedade. Hoje, quem ganha a campanha é o marqueteiro. O candidato é um boneco perfeito, e não aquilo que o povo vai ver no exercício da Presidência ou do Congresso. Temos de tirar o candidato da zona de conforto e trazê-lo para a rua. Precisamos reduzir tempo de televisão, reduzir financiamento. Partido político não tem de ser financiado pelo Estado, mas por seus militantes. Se você consegue se financiar, consegue se eleger. É uma regra razoável.

COMO NA EUROPA, ONDE SE FAZ CAMPANHA COM POUCO DINHEIRO...

Exatamente. Aqui adotamos o modelo americano, mas com vícios próprios. Os militares tentaram comprar a elite política dando tempo de TV gratuito (pago por nós) e criando foto do candidato com número. É entulho autoritário. Queremos votar em pessoas, não em números. Conhecer de perto os candidatos. Por outro lado, temos o federalismo artificial, baseado em dinheiro. Quando há uma crise fiscal, o presidente da República, mesmo sem orçamento, tem mais poder do que qualquer prefeito, governador, deputado ou senador. Basta dar uma migalha aqui,

liberar uma emenda ali, financiar um hospital e ele consegue o que quer do Congresso. É concedido um poder artificial ao presidente. Para a democracia funcionar, é preciso que se descentralize o federalismo.

COMO SERIA PRODUTIVA A REFORMA POLÍTICA?

Hoje, o que se chama de “Reforma Política” é a entrega do poder aos partidos tradicionais, os mais oligarquizados e corruptos do Brasil. Sou a favor do fim das coligações em qualquer circunstância, porque carona é ruim, exceto na mobilidade urbana. Mas a criação de cláusulas de barreira privilegia os grandes partidos. A elite política usou o caso do Collor para evitar a entrada do chamado “outsider”. Essa ideia está errada. Nós precisamos de mecanismos que permitam entradas novas, para que pessoas que nunca fizeram política ou que ocuparam cargos menores possam disputar em condições de igualdade. No entanto, a ideia de que um bom empresário possa ser um bom presidente é falsa. Ele vai fracassar como presidente porque o setor público não é uma empresa. Se você adotar critérios empresariais no setor público, você paralisa o setor público e cria uma crise que desestabiliza o mandato do presidente. Tem de ter eficiência, mas o critério de eficiência é diferente.





Os estrangeiros
valorizam o
Carnaval, o futebol,
mas valorizam em
detrimento de algo
que não conhecem,
o que é uma pena.

IMORTAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) E PRIMEIRA MULHER A TER PRESIDIDO A INSTITUIÇÃO, NÉLIDA PIÑON ANALISA O DESAFIO DE SE CRIAR UM PAÍS DE LEITORES. A ESCRITORA ABORDA AS DEFICIÊNCIAS DO ENSINO, A DIFICULDADE DE ACESSO AOS LIVROS, A PRESENÇA DAS MULHERES NA LITERATURA NACIONAL, AS RAZÕES ENVOLVIDAS NA FALTA DE RECONHECIMENTO DE AUTORES BRASILEIROS NO MUNDO E A INDIGNAÇÃO COM A ATUAL SITUAÇÃO DA NOSSA POLÍTICA.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

A QUALIDADE DA LITERATURA BRASILEIRA ESTÁ ACIMA DE QUALQUER DÚVIDA. TEMOS GRANDES ESCRITORES. MAS NÃO FOI GERADA A CULTURA DA LEITURA NA POPULAÇÃO. QUAIS SERIAM AS RAZÕES PARA ISSO?

Nélida Piñon – Há razões preliminares, quase fundacionais. O Brasil foi se construindo e deu muito pouca importância à cultura. E a educação continua sendo precária. No Brasil, você aprende tudo pela metade, não aprende o mais essencial do projeto educacional, que é pensar, ouvir, responder, contestar, buscar uma mínima soberania das ideias. A sociedade brasileira não tem apreço pela cultura, pelo livro, e não tem formação educacional para entender o que lê. É uma sociedade que disfarçou as suas precariedades imitando modismos vindos do exterior. Somos excessivamente colonizados.

E COMO QUEBRAR ESSA TRADIÇÃO? SERIA UMA MISSÃO DO SISTEMA DE ENSINO?

O sistema terá de ser revigorado, mas como fazer isso para crianças que não têm casa? A criança brasileira não tem um lugar onde ler, e isso já é um drama. Sem falar que o Brasil está chegando tarde à era de Gutenberg, porque ele hoje está sujeito ao fascínio mais fragmentado da imagem. A escola é uma via condutora de conhecimento, o professor é figura essencial. Mal pago, está politizado em excesso e não tem acesso aos grandes temas internacionais contemporâneos porque não compra livros. O drama está instalado na escola. Os pais deveriam falar da literatura como um bem almejado para os filhos. No Brasil, o pai quer que o filho seja jogador de futebol. Eu não estou desfazendo o mérito do jogador de futebol, mas não pode ser o único objetivo da vida do brasileiro. Falta o impulso para pensar de forma sistemática, subjetiva. Teria de haver uma revolução social no sentido de infundir ânimo de conhecimento nas pessoas. É preciso que os jovens saibam ouvir e aprender. O saber projeta você para algo, torna-o uma pessoa fascinante. Mesmo você sendo velhinha. Eu sou uma mulher interessante. Porque acumulo saberes. Em certas viagens, peço uma cadeira de rodas para facilitar os trajetos. E percebo o preconceito. Quando não me reconhecem, infantilizam-me, porque eu tenho idade e estou numa cadeira de rodas. Então começo a demonstrar uma erudição desnecessária, para lhes dar uma lição. Os jovens olham para mim e dizem: “Quem é essa mulher que sabe mais do que eu?”.

NA COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES, O LIVRO É MUITO CARO NO BRASIL. A FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS TAMBÉM É UM ENTRAVE À CULTURA?

Estou de acordo, mas me permita rebo-
binar. O livro é caro. No entanto, a pessoa
gasta o mesmo dinheiro em um disco,
muito mais em um ingresso para show
ou entrada de cinema, que chega a cus-
tar R\$ 70. O Brasil tem mais de 5 mil mu-
nicípios, e poucos têm boas bibliotecas.

A CARREIRA DE ESCRITORA É PARA POUCOS. E HÁ AINDA MENOS MULHERES NESSE SELETO CLUBE...

A mulher chegou tardiamente ao mun-
do clássico da cultura. Ela não podia ler,
escrever, não ia para a escola. Ela pade-
ceu de restrições terríveis, dramáticas,
não tinha acesso ao conhecimento. Te-
mos menos mulheres do que homens
escritores, mas temos mais mulheres
importantes do que as estatísticas in-
dicam, porque elas não são alçadas à
categoria do reconhecimento. A nossa
sociedade é indulgente com o homem.

ESSAS RESTRIÇÕES À ENTRADA DA MULHER NO UNIVERSO DOS ESCRITORES MAIS NOTÁVEIS É ALGO QUE SE PODE GENERALIZAR NA SOCIEDADE? A MULHER NÃO DEIXA DE ENTRAR EM VÁRIOS OUTROS NICHOS QUE SÃO CONSIDERADOS RESERVATÓRIOS HISTÓRICOS DOS HOMENS?

A sociedade feminina é afásica, não tem
a palavra. A palavra ainda é do homem.
Na Academia Brasileira de Letras, somos
40 membros efetivos, dos quais cinco
mulheres. Isso é uma amostra. Quando
a Academia me elegeu a primeira mu-
lher presidente, não era uma presidên-
cia comum, fui presidente do primeiro
centenário. Exerci com plenitude por-
que ninguém me controlou. Às vezes,

a comunidade literária masculina não
se dá conta de que está faltando uma fi-
gura invisível, que é a mulher. Neste mo-
mento, está havendo um ressurgimento
do chamado “movimento feminista”,
do qual participei ativamente no fim
da década de 1960. Conheci as grandes
líderes da época, coisa que as jovens não
conhecem e não citam essas mulheres
tão importantes historicamente.

O IDIOMA PORTUGUÊS É MACHISTA? OS PLURAIS SÃO SEMPRE MASCULINOS.

Sou uma feminista histórica. Muito
atenta. Mas não saberia lidar com fir-
meza sobre esse tema. Talvez tenhamos
de buscar formas redentoras de falar,
escrever e agir. Já me recusei a escrever
um artigo no qual teria de usar a pa-
lavra “nossos” dessa maneira. Não fiz
porque iria prejudicar o ritmo do meu
pensamento e a beleza da construção
do texto. Busquei, nesse caso, uma so-
lução possível. A língua inclui decisões
machistas. Mas a vida cobra câmbios. A
sociedade terá de ser trabalhada.

OUTRA QUESTÃO: HÁ ESCRITORES DE ALTÍSSIMA QUALIDADE NO BRASIL, MAS POUCO RECONHECIMENTO. POR QUE MACHADO DE ASSIS NÃO É UMA FIGURA UNIVERSAL DA LITERATURA?

Não é só Machado. Nós não tivemos a
vocação dos intelectuais do chamado
“exílio voluntário”. Poucos escritores
brasileiros viveram longas temporadas
na Europa. Houve uma época em que os
paulistas ricos ficavam em Paris, mas não
marcamos presença nos grandes centros
irradiadores de literatura e poder, aos
quais escritores de países periféricos
iam e criavam relações importantes com
pintores, outros escritores. Também:

o Estado brasileiro não cuida dos seus
filhos. Nunca tivemos embaixadores
com prestígio nos países, que abrissem
caminhos. Nós continuamos periféricos.
Somos ainda um país que não criou um
pensamento, portanto, não pôde for-
jar conceitos, não pôde competir com o
mundo das ideias. Os estrangeiros va-
lorizam o Carnaval, o futebol, mas valo-
rizam em detrimento de algo que não
conhecem, o que é uma pena.

A CLASSE DOS ESCRITORES TAMBÉM DEVERIA SER MAIS ATIVA?

Não. Não, porque não tínhamos dinhei-
ro para ir à Europa, não tínhamos quem
nos apoiasse e talvez nos faltasse a cora-
gem que os hispanos tinham. Primeiro,
eles tinham uma língua já em expan-
são, nós não. Portugal estava em total
declínio. O brasileiro foi educado como
se nós fôssemos filhos de um país prós-
pero, imenso, “gigante pela própria na-
tureza”. Nascemos para viver no futuro,
não no presente.

VOCÊ VIVEU E ESTUDOU FORA, MAS É MUITO CARIOCA, BRASILEIRA, TEM UM LUGAR ESPECIAL PARA O BRASIL NA SUA OBRA. COMO VÊ A CORRUPÇÃO EM TANTOS AMBIENTES DIFERENTES?

Estou tão perplexa como qualquer outra
pessoa. É um dano que não tem repa-
ração. Como vamos limar isso da nossa
canção? Alguns dizem: “A verdade está
vindo à tona, vamos lavar o território
promíscuo e imundo, sair do lodaçal”.
Mas será que vamos conseguir? Que
preço vamos pagar para restaurar a
nossa autoestima, como vamos voltar a
acreditar nas utopias? Como isso come-
çou? Brasília foi um transtorno terrível,
que quebrou a coluna vertebral do Bra-

sil, criou uma falsa capital, cedeu van-
tagens extraordinárias, ampliou as ma-
lhas do poder, aumentou o número de
deputados. Brasília nos expulsou. A le-
gislação é feita em geral à nossa revelia,
só beneficiando o nepotismo, as famí-
lias poderosas. Será que teremos condi-
ções de expurgar essa gente para sem-
pre? E quem vamos colocar no lugar? Em
Brasília há homens fracos, corruptos e
débeis, que não possuem o menor sen-
tido de grandeza. Apesar de todas as
minhas indagações, nós temos de ficar
vigilantes, e os mais jovens deverão ter
a responsabilidade de pegar no timão
e levar. Aliás, os gregos dizem que é nos
momentos de grandes tempestades que
se descobre um grande capitão.

VOCÊ TEM UM INCÔMODO COM AS PESSOAS QUE DESISTEM DO BRASIL. ESSA É A HORA DE FICAR?

Sim, devemos ficar. Eu quero deixar o
meu patrimônio literário para o Brasil.
Se vão apontar se tenho mérito ou não,
veremos. Temos de salvar o Brasil, so-
mos nós os responsáveis por isso. É um
país que tem uma língua linda, um povo
tão original, uma sensualidade, música,
mas com grande grau de corrupção. Nós
temos grandes méritos, mas estamos
muito sem educação, despreparados.
Temos de lutar para organizar as ideias
e ter um vocabulário; se você não fala,
não tem o que dizer, o que pensar.



O BRASIL TEM UMA VOCAÇÃO COMERCIAL TRADICIONAL, MAS PRECISA EVOLUIR. O PAÍS OCUPA MENOS DE 2% DO COMÉRCIO GLOBAL.

Cientista político, professor de Relações Internacionais e pesquisador licenciado da Universidade Harvard, Hussein Kalout discorre sobre a falta de uma cultura de pensamento estratégico no País e a necessidade de estreitar relações com as potências asiáticas emergentes. A entrevista foi realizada em parceria com o Fórum Desafio BRAZIL+CHINA CHALLENGE 2017, projeto brasileiro que promove o encontro de iniciativas de sucesso em países em desenvolvimento. O evento foi correalizado pela BRASA Ásia – braço asiático da Brazilian Student Association –, a maior associação de estudantes brasileiros fora do Brasil, em conjunto com o Laboratório de Políticas Públicas da FGV, em setembro de 2017, em Pequim, na China.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



EM PALESTRA AQUI NA UNIVERSIDADE DE PEQUIM, VOCÊ AFIRMOU QUE NO BRASIL NÃO HÁ CULTURA DE PENSAMENTO ESTRATÉGICO. QUERIA QUE EXPLICASSE ESSA AFIRMAÇÃO...

Essa é uma reflexão pessoal minha. Entendo que, no Brasil, padecemos de um pensamento estratégico de longo prazo. A cultura estratégica emana fundamentalmente de onde queremos partir e aonde queremos chegar. E, muitas vezes, nós não temos essas respostas. Isso pode ser identificado, por exemplo, na nossa matriz econômica. O Brasil vive crises cíclicas e é estudado no exterior com base nessas crises ou em suas disfuncionalidades sociais, como a violência urbana. Quando olhamos os problemas no Brasil de hoje – violência urbana, corrupção, crises econômicas –, percebemos que são os mesmos fenômenos do século passado. Quando olhamos as instituições do Estado, ou a forma do sistema político funcionar, percebemos que boa parte das medidas e propostas apresentadas não obedecem a um pensamento estratégico. O brasileiro, de forma geral, é desprovido de cultura estratégica. Se compararmos com Estados Unidos, China, França, Reino Unido ou Índia e observarmos os indicadores desses países, seja na economia, seja na educação, seja no desenvolvimento científico-tecnológico, entendemos por que não temos uma cultura estratégica. Dou um exemplo concreto: a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), criada em 1990, foi extinta e recriada umas seis vezes até 2016. Conclusão: ou ela nunca foi estratégica ou, no Brasil, não se compreende o que é estratégico e qual a função de uma área específica como essa para modular políticas públicas de longo prazo.

A ÁREA DE PENSAMENTO ESTRATÉGICO DEVERIA SER UMA POLÍTICA DE ESTADO E ATRAVESSAR GOVERNOS, COM DETERMINADAS VISÕES DE LONGO PRAZO?

Vejo o seguinte: a SAE, vinculada à Presidência da República, tem a função de zelar primordialmente pelos temas relacionados à soberania nacional: a política externa, a defesa e a inteligência. Essas três áreas estruturais transcendem (ou deveriam transcender) qualquer governo. Deveriam constituir o arcabouço do pensamento estratégico do Estado. E teriam de se sobrepor às questões político-partidárias. Entretanto, ao lançarmos um olhar sobre o processo de redemocratização do Brasil, notamos que a defesa e a inteligência ficaram relegadas ao segundo plano. Isso ocorreu porque havia um entendimento de que, para se ter mais democracia, seria necessário enfraquecer os aparatos de defesa

e inteligência, o que é um tremendo erro. As grandes potências mundiais têm, como parte central de sua política de Estado, esses dois aparatos. Alguém sempre vai perguntar: “Por que precisamos de forças armadas se não entrarmos em guerra? A resposta é: “Precisamos de forças armadas fortes para não entrar em guerra”.

O EFEITO DA DISSUAÇÃO...

Exatamente. Nós fazemos fronteira com numerosos vizinhos. Temos de resguardar a segurança fronteiriça. Eu não falo de invasão, mas de combate ao crime organizado transnacional. Isso é fundamental. E parte da estratégia internacional do Estado brasileiro.

PAÍSES COMO OS ESTADOS UNIDOS POSSUEM UM GRANDE NÍVEL DE CONSENSO ENTRE AS FORÇAS POLÍTICAS NAQUILO QUE É ESSENCIAL À POLÍTICA EXTERNA. NO CENÁRIO ATUAL, QUAL SERIA UMA POSTURA BRASILEIRA ACEITÁVEL – E CONSENSUAL COM AS FORÇAS POLÍTICAS – PARA O FUTURO DAS RELAÇÕES DO BRASIL COM O MUNDO?

Muito interessante a pergunta. Política externa é uma matéria sofisticada e complexa, que requer conhecimento específico. Normalmente, não chega ao debate público. Raramente um partido político apresenta assuntos internacionais como parte da sua plataforma a uma candidatura presidencial ou parlamentar. Política externa não traz votos. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil mantém o orçamento focado na administração das nossas redes no exterior e na execução de projetos pontuais importantes para o País. Não faz estrada, aeroporto, ponte – obras que atraem eleitores. E existe outro entrave: política externa não é matéria estudada nas escolas. O debate no âmbito da academia é pobre. Se compararmos com a produção acadêmica dos EUA sobre

o assunto, percebemos que a brasileira é baixíssima. Há intelectuais e acadêmicos que se esforçam e produzem, mas a leitura ainda fica restrita ao círculo específico. Para que a política externa venha a ser um tema de caráter nacional, ela precisa ressoar nos âmbitos dos partidos políticos e ser tema recorrente de debate no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado. A Comissão de Relações Internacionais funciona basicamente como aparato a sabatinas de embaixadores indicados para postos no exterior. Há esforços pontuais. Eu fui convidado, no passado, para a comissão pelo presidente Collor para incitar debates. Tenho um convite agora do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Mas não são iniciativas sistêmicas recorrentes. É preciso mudar. Olhe a massa de imigrantes que está vindo da Venezuela. Isso vai começar a fazer parte do nosso dia a dia.

GRANDE PARTE DA TENTATIVA DE RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO ENVOLVE AS EXPORTAÇÕES. AS RELAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA INFLUENCIAM AS TRANSAÇÕES COMERCIAIS. SERIA POSSÍVEL ESTABELECEER UMA LINHA POLÍTICA GERAL DE LONGO PRAZO, VISANDO ÀS PRIORIDADES DO BRASIL?

Eu dividiria sua pergunta em dois escopos: primeiro, existe a macropolítica externa. A grande estratégia de um país. Aonde o Brasil quer chegar? Qual é o nosso posicionamento no mundo? A movimentação estratégica dos grandes atores no tabuleiro da geoestratégia internacional. Isso é uma coisa. A outra seriam as demandas de setores específicos nos campos econômico, comercial, tecnológico e agrícola, que se manifestam em interesses pontuais. E podem adentrar como uma linha no âmbito da política externa. O Brasil tem uma vocação comercial tradicional, mas precisa

evoluir. Ainda operamos com parâmetros antigos, dos anos de 1990. O País ocupa menos de 2% do comércio global. É muito pouco. Acredito que tenhamos que separar os interesses de setores específicos da estratégia do Estado brasileiro como um todo, que se localizar e defender os interesses nacionais em um tabuleiro mais amplo.

O TABULEIRO TEM SE MODIFICADO DE MANEIRA INTENSA NOS ÚLTIMOS ANOS. O NOVO PRESIDENTE DOS EUA ADOTA POSTURAS POUCO ALINHADAS À PRÓPRIA TRADIÇÃO DE SEU PAÍS. E O BRASIL VEM TENTANDO DIVERSIFICAR A PAUTA DE RELAÇÕES COMERCIAIS E POLÍTICAS. NESTE MOMENTO, ESTAMOS NA CHINA. O PRESIDENTE TEMER ESTÁ TAMBÉM AQUI NA CHINA, PARTICIPANDO DE ENCONTRO DOS BRICS. HÁ A CELAC, UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL AMERICANA SEM A PRESENÇA DOS EUA. NOSSOS VIZINHOS DE CONTINENTE CHEGARAM A ACUSAR O BRASIL DE SER ESSENCIALMENTE LIGADO AOS EUA. É DO INTERESSE ESTRATÉGICO BRASILEIRO ESSA AMPLIAÇÃO DAS DISCUSSÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS DO MUNDO?

O Brasil tem por natureza uma vocação universalista nas relações internacionais. Historicamente, o País nunca procurou alinhar de forma incondicional a política externa a um país específico. Acho que os EUA são indubitavelmente parceiros estratégicos do Brasil. Temos uma relação histórica, somos as duas maiores democracias das Américas, duas nações multiculturais, multirraciais e multiétnicas. As instituições americanas são extremamente sólidas e sempre foram uma fonte de inspiração para vários países. Mas o Brasil, dado o seu tamanho e envergadura, não pode subordinar seus interesses a quem quer que seja. Nós estamos entre as dez maiores potências do mundo e temos que nos comportar como tal. A política externa independente é a força motriz das relações internacionais

brasileiras. Estamos aqui na China expandindo a diversificação e fortalecendo os laços políticos e econômicos. Desde 2009, a China se transformou no principal parceiro comercial do Brasil. Já os Brics são uma entidade entre países em desenvolvimento que pensam de forma legítima a arquitetura da ordem internacional. O Brasil nunca se restringiu a um movimento sistêmico nas relações internacionais com base em uma única organização matricial. No Brasil, sempre se procurou operar no *front* lateral, em diversas esferas. Talvez a raia em que nós mais saibamos nadar: o âmbito multilateral. E estamos aprendendo a realinhar relações bilaterais, que no passado tinham certa relevância e hoje são mais importantes da perspectiva estratégica. Basta olhar, por exemplo, as relações entre Brasil e China da década de 1980 e hoje. Isso faz parte do processo de recalibrar nossos interesses no mundo cada vez mais competitivo.

TALVEZ PELA COMPLEMENTARIDADE DAS ECONOMIAS, ESTÁ HAVENDO REALMENTE ESSA INTENSIFICAÇÃO NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA?

Sem dúvida! Basta olhar o histórico dos encontros de representantes de alto nível entre Brasil e China nos últimos dez anos. Em menos de seis meses, eu estive duas vezes na China. O ministro das Relações Exteriores do Brasil esteve na China meses atrás e está hoje aqui, assim como o ministro do Comércio Exterior e o ministro da Agricultura. Ou seja, o centro de gravidade das relações internacionais se desloca para a Ásia. As cadeias produtivas internacionais hoje estão acomodadas no epicentro da economia asiática. Chama a atenção um dado importante: desde a ascensão do presidente Michel Temer à Presidência da

República, a Ásia foi o continente mais visitado por ele, que esteve na Índia, no Japão e agora está na China. Ele também foi à Rússia, que é um país bicontinental (euro-asiático). O foco estratégico do Brasil nas relações internacionais não se restringe ao espaço geográfico imediato: à América do Sul, à América Latina, ou às relações tradicionais com a Europa ocidental. O Brasil já lança um olhar específico para a Ásia. Acredito que o Brasil conseguirá lograr os melhores resultados nessa nova arena de competições geopolítica e geoeconômica.

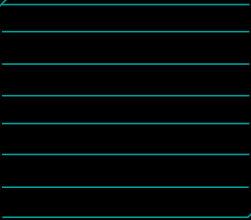
VOCÊ ACHA QUE ALGO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS – GRANDE EXEMPLO NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS – PODE SER APROVEITADO PELO BRASIL?

Não gosto de comparar modelos políticos de países, porque cada um reflete um conjunto de fatores históricos, sociais e políticos, que se assentam sobre crenças locais. Não podemos comparar o modelo chinês com o indiano; ou o russo com o egípcio; o inglês com o brasileiro. São muito assimétricos. Assim, acho que não é cabível o Brasil importar o modelo chinês, que funciona bem na China. Talvez possamos aprender com algumas experiências chinesas. A China organizou sua base industrial de defesa sobre o campo científico e tecnológico: propulsão nuclear, satélites, aeroespacial. Podemos também adotar modelos chineses de cidades inteligentes, para resolver problemas de infraestrutura urbana, de segurança pública. Algumas experiências podem ser úteis para qualificar o nosso desenvolvimento. O Brasil é um país de 200 milhões de habitantes. A China, de 1 bilhão e 400 milhões. Sete vezes mais. Já o compartilhamento do conhecimento pode ser útil para o Brasil e para a China. Nós temos mais de 20 milhões de estudantes nos mais varia-

dos níveis de graduação, pós-graduação e pesquisa. Na China, não há nem cem estudantes brasileiros. Se o Brasil quiser entender a China, tem que intensificar o intercâmbio educacional.

DEPOIS DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NA TURQUIA, O MUNDO PASSOU A OBSERVAR AQUELE PAÍS DE UMA MANEIRA DIFERENTE. TIVEMOS PROTESTOS NO BRASIL EM 2013 TAMBÉM. E ESTAMOS TENTANDO SAIR DA CRISE ECONÔMICA. VOCÊ OBSERVA, NAS VISITAS AO EXTERIOR, SE A PERCEPÇÃO DESSES FENÔMENOS ALTERA AS RELAÇÕES DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO?

Entendo a lógica da sua analogia, mas eu não iria por aí. A crise econômica pela qual passamos nos últimos anos está sendo resolvida pelo atual governo de forma comprometida, enérgica e responsável, com ajuste fiscal sério. O Brasil seguiu sendo uma das dez maiores economias do mundo. Não deixamos esse clube. Em todos os países nos quais estive, a percepção é de respeito ao Brasil, seus recursos e sua dinâmica de mercado. Atravessamos diversas crises e sempre saímos fortalecidos. Nos últimos meses, os investimentos têm entrado no território nacional. Isso graças à melhora no ambiente de negócios, à reforma de marcos regulatórios e à infraestrutura. Passamos por um processo de aperfeiçoamento da matriz econômica para ampliar a capacidade produtiva e a competitividade. Nem sequer tocamos nas reservas. Então, independentemente de qual coloração seja o governo, o respeito à economia brasileira é perene. Temos matéria-prima e recursos naturais e energéticos. O Brasil é uma economia sólida.



JEAN GALVÃO

JUNHO 2016





”

Meu sonho
é que o Brasil
tenha a melhor
educação pública
do mundo, e
minha contribuição
virá do trabalho
na política.

TABATA AMARAL DE PONTES

EM PARCERIA COM O COLÉGIO BANDEIRANTES, REUNIMOS TRÊS JOVENS LÍDERES E EMPREENDEDORES SOCIAIS: A FUNDADORA DO MAPA EDUCAÇÃO E DO MOVIMENTO ACREDITO, TABATA AMARAL DE PONTES, 23 ANOS; O FUNDADOR E PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASIL 21, PEDRO HENRIQUE DE CRISTO, 34 ANOS; E O ECONOMISTA E CONSULTOR DE EDUCAÇÃO DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, 29 ANOS. NO DEBATE MEDIADO PELA JORNALISTA MARIA CRISTINA POLI, ELES FALAM DE SUAS TRAJETÓRIAS, ANALISAM O CENÁRIO POLÍTICO E DISCUTEM SOLUÇÕES PARA QUE O BRASIL SE TORNE UM PAÍS DE OPORTUNIDADES IGUAIS PARA TODOS, A COMEÇAR PELAS ESCOLAS.



Acesse o aplicativo de QR Code pelo celular e assista à entrevista

TABATA AMARAL DE PONTES – Tenho 23 anos, venho da Vila Missionária, na extrema zona sul de São Paulo. Descobri que minha missão é transformar o Brasil pelas vias da educação e da política. Comecei a entender que seria esse o meu caminho ao participar da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas, quando estava na sétima série. Ao sair do meu bairro e ir para o centro da cidade, percebi como o Brasil é desigual. Eu vinha de um contexto em que o sonho era comprar uma moto, trabalhar no shopping e constituir família. Cheguei a um ambiente no qual se sonhava com faculdade pública, em ser astronauta, engenheiro, médico. Foi incrível descobrir como são vastas as possibilidades. Toda a raiva que eu senti no começo se transformou na percepção de que a educação tinha aberto oportunidades na minha vida. Participei de olimpíadas de química, astrofísica e ciências, representei o Brasil em competições internacionais, viajei e conheci pessoas do mundo inteiro, com quem debati ideias. E passei a ver o mundo com outras lentes. Fui aceita em Harvard e em outras cinco universidades. Ganhei bolsa de estudos. Cheguei lá pensando em ser astrofísica, mas mudei minha trajetória ao pensar no meu pai, que não concluiu o ensino fundamental (e morreu naquela época), no meu irmão, que relutava em ir para a faculdade por achar que aquilo não era para ele. Percebi que não basta a oportunidade. É preciso fazer com que as pessoas acreditem merecer. Se você não vê gente da sua cor, do seu gênero e da sua região nos locais aonde quer chegar, fica difícil acreditar que aquilo é para você também. Somou tudo. Concluí que eu queria trabalhar com educação e mobilização de jovens, então mudei de astrofísica para ciências políticas. Eu me formei há um ano e trabalho em dois movimentos que pretendem mobilizar jovens para a política: Mapa Educação e Renovação Política.

PEDRO HENRIQUE DE CRISTO – Nasci no interior da Paraíba. Estou vivendo em São Paulo pela primeira vez na vida, depois de passar um tempo nos Estados Unidos e no Rio de Janeiro. Sou um puro vira-lata. Neto de um preto que era gênio da matemática e empreendeu no Nordeste brasileiro, na época da ditadura, empregando ex-presidiários. Nunca fui rico de dinheiro, mas muito rico de cultura, artes e ciências. Meus pais são dois arquitetos, malucos do bem, que trabalharam pela nossa educação e dignidade e jamais aceitaram participar de corrupção. Meu pai me levava nas obras e dizia: “Filho,

o verdadeiro líder não é quem manda, é aquele que atrai as pessoas para trabalhar com ele. Tento ser assim com os peões da obra, porque todos são gente e só não estão no meu lugar porque não tiveram a educação que eu tive”. Ficou esse legado. Estudei na Inglaterra. Quando voltei para a Paraíba, conversei com o prefeito e montamos um projeto de economia de água que acabou ganhando prêmio da ONU. Fui aceito na Universidade Harvard com bolsa integral. Saí da Paraíba, mas você pode sair do Jardim Europa ou da comunidade Quilombola. No fim das contas, o que nos torna iguais é o fato de termos oportunidades. Minha tese em Harvard virou aula nas escolas de arquitetura e educação. Voltei e fui trabalhar no Vidigal, no Rio, onde criei a escola para alunos do segundo fundamental que bateu metas do Ideb [Instituto para a Democratização Educação Brasil] antes do prazo. Para transformar o Brasil, democracia é o mais importante. Como dizia Tocqueville, “a política decide tudo”. Os políticos tradicionais têm decepção. Precisamos de algo mais abrangente. Levando essa ideia avante, criamos no Vidigal o Sitiê, transformando o lixo em um parque com vista para o mar. O espaço foi valorizado em R\$ 158 milhões, virou exemplo de política pública para a população do Rio, um modelo. Só que o tráfico tomou. É o poder paralelo, que vai desde a Odebrecht até o PCC. Não topei e vim exilado para São Paulo. Mas Deus escreve certo por linhas tortas, porque o trabalho mais importante da minha vida estou fazendo aqui com o Instituto Brasil 21.

DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA – Sou de Bragança Paulista, interior de São Paulo. Venho de uma família simples, de 11

irmãos, na qual sou o mais novo. Cresci jogando bola na rua. Odiava estudar. Mas chegou um momento, no fim do segundo colegial, em que a família concluiu que eu não ia dar em nada. As provocações mexeram comigo. Sempre tive o sonho de conhecer o mundo e comecei a pensar: “O que eu vou fazer com o meu trabalho no futuro? Qual tipo de impacto vou causar na vida das pessoas? Como posso ajudar outros jovens e crianças que nasceram em realidades iguais ou piores do que as minhas?”. Aí passei a estudar de verdade. Entrei no Insper, com bolsa de estudos. Durante a graduação, tinha R\$ 10 por dia para transporte e alimentação. O ônibus de ida e volta já tomava mais da metade do dinheiro. Então, tinha R\$ 4,80 para três refeições. Foi nessa época que eu comecei a comer salada. Nos restaurantes por quilo só colocava alface no prato, porque é leve [risos]. O nível de exigência no Insper era pesado. Eu pensava que não iria conseguir. Mas não desisti. Comecei a ver a importância do esforço. Talento é importante. Mas as notas que você tem na escola determinam o seu futuro? Não. É o esforço, a persistência, trabalhar todo dia. Mesmo quando as coisas parecem dar errado, continuar firme e forte, sem desistir, e perseguir no seu propósito de vida. Trabalhando com o mercado financeiro, realizei o sonho de conhecer o mundo. Fiz intercâmbio na Suíça, trabalhei com refugiados de guerra no Oriente Médio, na Jordânia, vi de perto a Primavera Árabe. Depois, senti vontade de voltar a estudar. E consegui ser aceito na Universidade Yale, com bolsa. Durante esse período, fiz uma pesquisa em 20 cidades com os IDHs mais baixos do Brasil, percorrendo

interior do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. O objetivo era detectar os maiores desafios. A conclusão é que o desenvolvimento do Brasil passa pela educação pública. Nossa iniciativa de tentar entrar na política é para chegar às lideranças e ter a possibilidade de tomar decisões importantes.

COMO OLHAR PARA A POLÍTICA COM ESPERANÇA?

DANIEL – Há duas maneiras de contribuir, de forma a gerar impacto. Uma delas é como técnico da educação, entendendo o que precisa melhorar na aprendizagem. A outra é do lado político. Dentro do governo, poderá obter mais resultado. Hoje, o sistema está quebrado. Um terço dos congressistas está sob investigação no STF. As lideranças partidárias enfrentam processos por crimes. Temos de viabilizar a entrada de jovens na política. Para isso, criamos o fundo Renova Brasil.

TABATA, VOCÊ QUE QUER SER PRESIDENTE DA REPÚBLICA?

TABATA – Sim. Meu sonho é que o Brasil tenha a melhor educação pública do mundo, e minha contribuição virá do trabalho na política.

A PARTICIPAÇÃO QUE CONHECEMOS NO SISTEMA DEMOCRÁTICO É PELOS PARTIDOS. MAS JÁ NÃO AGUENTAMOS NEM SENTIR O CHEIRO DOS PARTIDOS QUE ESTÃO AÍ. QUAL A ALTERNATIVA?

PEDRO – Temos de fazer mudanças fundamentais. Queremos ter candidatos sem partido. Estamos propondo, em um coletivo de movimentos, a candidatura cidadã. Seria uma grande oportunidade para oxigenar o sistema. Mas não

será esse Congresso que fará a mudança, porque vai contra o interesse deles.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO VOTO DOS ADOLESCENTES DE 16, 17 ANOS, PARA QUEM É FACULTATIVO?

PEDRO – Mais do que o voto, precisamos de líderes jovens. Que venham para sacudir as coisas. Eles têm tempo, energia e visão. Precisamos que os jovens façam democracia todo dia, construindo pontes entre escolas públicas e privadas, entre o centro e a periferia.

O PALCO DOS DEBATES HOJE É A INTERNET. MAS OS MAIS POBRES AINDA ESTÃO UM POUCO À MARGEM. COMO RESOLVER ISSO?

DANIEL – Eu não sei se os jovens da classe C, D e E estão longe da internet. Acho que eles estão presentes. O que vejo é falta de pensamento crítico. O papel desses jovens é muito importante. Pela primeira vez, eles têm um nível de escolaridade superior ao dos pais. O poder que possuem de formação de opinião dentro de casa é enorme. Decidem o que comprar e até em quem votar. E há um dado a mais: antigamente, ter “experiência na política” era essencial. Hoje, é diferente. Uma pesquisa recente revelou que 79% das pessoas estão dispostas a votar em candidatos novatos.

TABATA – Na cabeça dos meus pais, ter meu irmão e eu na escola já era algo grandioso, pois tivemos a oportunidade que eles não tiveram, e estudamos até o ensino superior. Eles não questionavam a qualidade da educação. Minha mãe limpava três casas, meu pai fazia duas linhas como cobrador de ônibus. Meu irmão e eu só estudávamos, mas em uma escola fraca. A minha geração

percebeu que não basta ter acesso ao serviço público. É preciso cobrar qualidade. Fizemos uma pesquisa com mais de 12 mil pessoas – o Mapa Educação – e 95% dos jovens disseram estar dispostos a trabalhar ativamente pela melhoria da educação do País. Então, temos dois ingredientes poderosos: a população jovem que quer ter acesso à educação de qualidade e também se engajar, fazer parte.

QUAL O CAMINHO?

TABATA – Representatividade. Olhar para onde você quer chegar e ver pessoas que se pareçam com você. Quantos médicos negros encontramos? Quantas mulheres há nas Câmaras, no Senado? Quando não enxergamos semelhantes, fica difícil acreditar que podemos. Casos como os nossos aqui não são regra. “Quem quer, consegue” é uma grande ilusão. O Brasil não é meritocrático. É um país muito desigual.

PEDRO – A meritocracia só existe quando as oportunidades são iguais para todos.

DANIEL – Essa é a premissa do mérito. Não adianta comparar quem sobe em uma árvore mais rápido: um macaco ou um peixe. Acredito na meritocracia e acho que há uma armadilha nesse debate. Temos que buscar construir um país de oportunidades. Só que há o discurso vitimizado. Quem vem de origem simples é acostumado a tomar tapa na cara todo dia. Mas ainda assim é responsável pelo próprio futuro. Se você se esforçar, consegue chegar a lugares que antes não imaginava serem possíveis. O brasileiro pensa em se dar bem, da maneira mais fácil possível. Temos que colocar na veia da cultura brasileira a ques-

tão do esforço, da perseverança. **tabata** – Eu discordo um pouco. Acho que o esforço é importante, mas olhando para o esforço criamos heróis, o que acaba culpando quem não chega lá. Eu não teria ido a cinco competições mundiais, entrado em Harvard, se não tivesse estudado para caramba e me esforçado todos os dias. Mas tive oportunidades únicas. Professores pagaram minha alimentação, meu transporte. Um ano depois, estava mais bem alimentada, dormindo melhor. Isso é essencial.

PEDRO – O acadêmico brasileiro mais importante no mundo, Paulo Freire, venerado por criadores de tecnologia, pedagogos e pesquisadores, repetiu de ano algumas vezes, porque não tinha dinheiro para comer e ia para a aula com fome. Assim, acredito que o esforço é importantíssimo, mas não basta. É evidência científica: os talentos precisam de incentivos para florescer e brilhar.

QUEM CHEGA À UNIVERSIDADE PÚBLICA É QUEM ESTUDOU EM BOAS ESCOLAS PARTICULARES. OS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS ACABAM FREQUENTANDO A “UNI QUALQUER COISA”, PAGA E MAIS FRACA. O QUE ACHAM DA IDEIA DE O ALUNO DA ESCOLA PARTICULAR PAGAR MENSALIDADE, QUANDO ESTUDAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA?

TABATA – Sou a favor por duas razões. A primeira é que o Brasil investe historicamente muito mais em educação superior do que na básica. É um erro estratégico. Produz mais desigualdade. Isso não é bom para ninguém, nem para os mais ricos. Um país tão desigual é péssimo para o crescimento econômico e o desenvolvimento. A segunda é uma questão de justiça. Quem sai de uma escola pública não consegue entrar em uma faculdade pública, tem que pagar valo-

res altíssimos de uma faculdade privada de baixa qualidade, depois, tem menos chances de conseguir um bom emprego e não vai lutar pelos seus direitos, porque não teve acesso à educação. O critério deveria ser a renda. Quem pode, paga. Quem não pode, recebe bolsa.

PEDRO – Concordo. Mas para resolver, de fato, a chave é dar oportunidades iguais desde o começo. Em todos os países desenvolvidos, a escola é completamente pública da primeira infância até o fim do ensino médio. Ao chegar à universidade, daí vale o mérito.

DANIEL – Pesquisas nos Estados Unidos, na Coreia, no Zimbábue, em todos os lugares, mostram que o período dos primeiros mil dias das crianças na escola é aquele com o maior retorno sobre o investimento na educação. O Brasil não tem política de primeira infância. Aqui, a cada cem crianças que entram no ensino fundamental, só 57 terminam o ensino médio, apenas 14 entram na faculdade. E só sete se formam.

QUAIS CONQUISTAS DOS ÚLTIMOS ANOS QUE VOCÊS MANTERIAM?

DANIEL – Sou liberal, mas reconheço que o programa Bolsa Família traz resultados. Funciona para quem mais precisa. E manteria também o acesso direto dos municípios aos recursos federais do MEC, sem passar por deputados ou outros políticos.

TABATA – Três conquistas que tivemos como população me inspiram. A primeira é a democracia. Podemos opinar, embora me preocupe com o que está acontecendo no País neste último ano. A segunda é a estabilidade econômica. A minha mãe me conta histórias de como era horrível viver na época da hiperinflação. A ter-

ceira conquista é a acessibilidade. Agora temos de nos unir e lutar pela qualidade do ensino e igualdade de oportunidades.

TIVEMOS CRESCIMENTO BASEADO EM CONSUMO. COMO CRESCER DE OUTRA FORMA?

PEDRO – É preciso melhorar o mercado de trabalho e fazer uma revisão geral no sistema de crédito. A política de crédito brasileira gerou muita corrupção, com Eike Batista, Joesley “Safadão” [risos], entre outros. Quem emprega mesmo é o setor de serviços – o pequeno e o médio empresário, que têm pouco acesso ao crédito.

DANIEL – Precisamos investir em infraestrutura e diminuir a burocracia e as taxas de juros.

GOSTARIA DE UM RECADO FINAL DE CADA UM DE VOCÊS...

TABATA – Teremos um país melhor se cada brasileiro procurar, com seu trabalho e suas capacidades, o caminho mais ético, justo e inclusivo. Tendo em mente os caminhos que vão beneficiar mais pessoas.

DANIEL – É importante valorizar cada oportunidade. E pensar sempre em gerar um impacto positivo na sociedade.

PEDRO – O melhor jeito de prever o futuro é você mesmo construí-lo. Aos jovens, eu digo que é preciso buscar um propósito. Seja na arte, seja na ciência, seja nos esportes ou seja na política, achar algo que ama. E vamos juntos, porque temos muito trabalho pela frente para melhorar o Brasil.



O ESTADO FAMINTO POR TRIBUTOS É QUEM MAIS ATRAPALHA O PROCESSO.

DANIEL GIL MONTEIRO DE FARIA

Quais são as condições necessárias para que o Brasil tenha mais incentivo à inovação e ao empreendedorismo? Para responder a essas e outras questões sobre oportunidades de negócios, UM BRASIL reuniu o professor de MBA e pós-graduação da FGV IDE, Carlos Alberto Silva; o engenheiro de telecomunicações e sócio-proprietário da Anova Sistemas, Daniel Gil Monteiro de Faria; e Eduardo Saggiorato, superintendente de Negócios e Operações da Agência de Desenvolvimento Paulista – a Desenvolve SP, vinculada ao governo estadual de São Paulo. Mediada por Humberto Dantas, a conversa faz parte da série “Diálogos Regionais – Interior Paulista”, que contou com apoio da Conexão FGV São José dos Campos.



Acesse o aplicativo
de QR Code pelo
celular e assista
à entrevista



INICIAMOS TENTANDO COMPREENDER O PAPEL DO ESTADO, SOBRETUDO DENTRO DE UMA CRISE SEVERA. ALGUNS DEFENDEM QUE O ESTADO JÁ MUITO AJUDA QUANDO NÃO ATRAPALHA, OUTROS DIZEM QUE O ESTADO É FUNDAMENTAL. QUAL DEVE SER O PAPEL DO ESTADO NO DESAFIO DE INOVAR, EMPREENDER E DESENVOLVER?

DANIEL GIL MONTEIRO DE FARIA – Nós entendemos que o Estado tem um papel fundamental, principalmente na inovação tecnológica, porque tecnologia custa caro. De forma global, é tradição o governo financiar novas tecnologias para romper a barreira do conhecimento. Ter esse apoio é essencial para o desenvolvimento de qualquer empresa de base tecnológica.

CARLOS ALBERTO SILVA – O Estado tem um papel, mas como foi discutido no Fórum Econômico Mundial, o maior problema do Brasil é o excesso de regulação. Nos Estados Unidos, o governo tira a regulação e fomenta centros de pesquisa, dos quais saem inovações que beneficiam a sociedade. Muita gente acha, por exemplo, que o iPhone nasceu na Apple. Mas ele foi concebido dentro de um centro de pesquisas norte-americano, custeado pelo governo, ao qual a Apple e outras empresas de ponta recorrem para buscar projetos nos quais apostar. O processo é completamente diferente do que temos aqui.

COMO É ESTAR DENTRO DO ESTADO OBSERVANDO ESSES DESAFIOS?

EDUARDO SAGGIORATO – Na nossa atuação na Desenvolve SP, percebemos que o governo, o setor produtivo e a academia precisam manter o equilíbrio, como no conceito da tríplice hélice, que faz o movimento acontecer. Se algum dos três tiver mais peso, o mecanismo fica desbalanceado e não funciona. Entendemos que a inovação se conclui quando o empresário consegue emitir a primeira nota fiscal (porque até então é só pesquisa), já que a função do Estado, em última análise, é gerar riqueza. O conhecimento deve chegar à sociedade como solução para um problema ou benefício. Assim, o Estado tem papel fundamental, mas sempre em parceria com os outros atores, para que esse processo se conclua de maneira satisfatória.

O ESTADO QUE FOMENTA O DESENVOLVIMENTO TAMBÉM É ACUSADO DE IMPOR BUROCRACIA EM EXCESSO. O QUE PESA MAIS?

DANIEL – O Estado faminto por tributos é o que mais atrapalha o

processo. O governo é o sócio que você não escolhe e participa só dos seus lucros, sem ajudar nos prejuízos. O custo da mão de obra no Brasil é elevado. Temos uma legislação trabalhista atrasada e pesada para o empresário. E quando você vai buscar apoio, é difícil. Muitas vezes, os anunciados benefícios fiscais soam eleitoreiros. Sai na TV: “O governo assinou uma nova lei pela qual as empresas vão poder usar recursos do imposto de renda para isso e aquilo”. Porém, quando vamos buscar informações, percebemos que a burocracia é tão grande, demanda tanto esforço, que acaba não valendo a pena.

SE O ESTADO FUNCIONASSE COMO AS RODINHAS DA BICICLETA DE UMA CRIANÇA QUE ESTÁ APRENDENDO A PEDALAR, QUAL SERIA O MOMENTO DE TIRAR AS RODINHAS? E QUAL A PROBABILIDADE DE A CRIANÇA TOMAR UM TOMBO?

CARLOS ALBERTO – O empreendedor é um aventureiro, define Max Weber. A recompensa por se envolver na aventura é o lucro – o oxigênio das empresas. A maneira de transformar o lucro em riqueza e beneficiar toda a sociedade é a gestão. Então, o momento de tirar as rodinhas é quando se começa a gerar valor e há a definição de quem fará a gestão do negócio: se vai abrir ações na Bolsa, se terá patrocinadores etc. para ganhar futuro e não tomar tombos. No Vale do Silício, acontece muito de empresas grandes, como Ford ou General Motors, custearem projetos de startups que depois darão retorno para a indústria automotiva. Fazem isso com grande facilidade, justamente porque lá não existe tanta regulação.

VIVEMOS EM UM ESTADO NO QUAL AS PESSOAS TÊM DIFICULDADE EM RECEBER

“NÃO” COMO RESPOSTA QUANDO PEDEM ALGO AO GOVERNO. MAS SABEMOS QUE O ESTADO NÃO TEM COMO UNIVERSALIZAR TODOS OS DIREITOS. NO ESTADO CLIENTELISTA, CORPORATIVISTA E PATRIMONIALISTA, QUEM É CAPAZ DE DIZER “NÃO” DENTRO DESSA LÓGICA DE REGULAÇÃO?

CARLOS ALBERTO – Deveria haver uma liderança dentro dos pontos de fomento. Peguemos o caso do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que deveria fomentar a infraestrutura do País. Uma sugestão seria que existissem dentro do Banco institutos encarregados de analisar projetos para saber quais teriam real viabilidade. E ainda trazer empresários interessados em patrocinar ou encampar ideias que porventura possam lhes dar retorno. Temos ferramentas para reinventar a bicicleta, mas estamos distantes desse modelo. É um paradoxo. Somos um dos povos mais criativos do mundo, mas também um dos menos inovadores. Porque somos criativos, temos ideias, mas somos deficientes em transformar as ideias em valor, ou seja, em gerar inovação.

COMO É VIVER DENTRO DO UNIVERSO PÚBLICO PENSANDO EM INOVAÇÃO, MAS CONVIVENDO COM PADRÕES TRADICIONAIS DA POLÍTICA E LEGISLADORES QUE MUITAS VEZES VÃO NO SENTIDO CONTRÁRIO?

EDUARDO – A questão amplia o debate sobre agências financiadoras ligadas ao governo. Temos que financiar aventureiros. Sempre há risco. Se a operação der errado, perdemos dinheiro público. A empregabilidade do dinheiro público requer burocracia, justamente para proteger os recursos. No entanto, se elencarmos as dificuldades no acesso ao apoio, esbarramos em outros fatores além da burocracia. A frase tradicio-

nal das agências de fomento é: “Temos recursos, mas não encontramos bons projetos para apoiar”, enquanto os empresários do setor produtivo afirmam: “Temos bons projetos, mas não conseguimos apoio”. O que está errado? Parece que falta só marcar um encontro e estará resolvido. Não é assim. A interação é mais complicada. Primeiramente, o aventureiro não costuma se planejar. Isso eleva o risco. Na época da hiperinflação, trabalhava-se com taxa de juros de 25%. Perdia-se uma a cada cinco operações, mas o dinheiro estava protegido. Hoje, trabalhamos com spread de 2% ou 3% ao ano. Também falta ao empresário o conhecimento sobre o apoio mais adequado para cada fase de seu negócio. Se está na pesquisa básica, crédito não faz sentido. Precisa ser subvenção econômica (dinheiro não reembolsável); quando avançou um pouco e tem capacidade de pagamento, crédito é uma opção. Ou então pode abrir a empresa para participação. Há vários tipos de apoio. Agora, uma crítica interna: se a sociedade não conhece os tipos de apoio aos quais tem direito, é porque há falhas na nossa comunicação.

DANIEL – O empreendedor brasileiro tem duas grandes limitações: primeiro, pensa pequeno. Os empresários chineses chegam e perguntam: “Qual o tamanho do mercado no mundo?”. O brasileiro olha o tamanho do mercado na cidade ou, no máximo, no Estado. O empreendedor vai começar pequeno, mas tem que ter uma visão do todo e aonde pode chegar. A segunda deficiência é o planejamento. O empreendedor brasileiro possui criatividade e capacidade técnica de transformar a criação dele em um produto, mas é despreparado do ponto de vista de mercado, plano de negócios,

marketing e precificação. Normalmente, depois que leva o primeiro tombo, vai buscar informação.

PRECISA SEMPRE QUEBRAR PARA DEPOIS SE DAR BEM?

DANIEL – Você aprende mais com o erro. Mas pode se preparar. As instituições de ensino devem ajudar nessa formação. Das faculdades saem alguns empreendedores. Seria bom que já fossem minimamente capacitados a administrar um negócio.

CARLOS ALBERTO – Quebrar faz parte do jogo. Henry Ford quebrou dez vezes antes de ter a ideia da produção em série e fazer sucesso.

EDUARDO – Há outro papel no qual o Estado é importante: de aglutinador no desenvolvimento de parcerias estratégicas. Quando começamos a identificar demandas que não eram para financiamentos, criamos o Movimento pela Inovação. Trazíamos o Desenvolve SP, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o BNDES para prover financiamentos; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com recursos de subvenções não reembolsáveis; além do Centro Paula Souza, do Instituto Euvaldo Lodi e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para ajudar na confecção do projeto e assessoria; e ainda o Fundo de Inovação Paulista, que poderia socorrer quem não tinha condição nenhuma de crédito. Em dois anos de trabalho, e entrevistas com mais de 1,5 mil empresários, consegui-

mos massificar as informações. Hoje, o empresário já sabe buscar a melhor forma de apoio.

CARLOS ALBERTO – Claramente, o problema não é dinheiro. O que se quer é que o empreendedor possa transformar suas ideias em valor. Hoje, se fala muito em sustentabilidade. A sustentabilidade não é esse bando de “ecochatos”, que ficam abraçando árvores sem nunca terem regado uma samambaia na vida. Sustentabilidade é geração de riqueza. Porém, deixamos de gerar riquezas em razão do excesso de regulações. O Estado não se coloca à disposição da sociedade para que os interesses comuns possam aflorar. Também falta visão ao empresário brasileiro, que olha somente para o mercado interno. A tábua de salvação que tivemos na crise (a marola que virou *tsunami*) foi a exportação. Só que continuamos exportando commodities, agro-negócio, quando poderíamos agregar valor e trazer mais recursos para o País. Em 1976, a indústria representava 40% do PIB; hoje, são 16%. Os serviços cresceram, o País evoluiu, houve uma mudança global, vieram os tigres asiáticos, mas perdemos competitividade em função do excesso de regulações, que aconteceram principalmente na década de 1980, e carregamos até hoje.

QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES RELATADAS PELOS EMPRESÁRIOS NO CAMPO DA INOVAÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE DOS SEUS NEGÓCIOS?

EDUARDO – O planejamento é um dos maiores entraves. Trabalhamos com financiamentos de dez anos. Pedimos que o empresário apresente uma planilha que demonstre sua capacidade de pagamento no período, apontando

as premissas sobre custo de produtos e comportamento de mercado. Mas a previsão no Brasil é complicada. O próprio governo não é capaz de fechar seu orçamento. Como o empresário vai enxergar dez anos à frente? A gente vai flutuando nas incertezas.

CARLOS ALBERTO – Temos que perseguir o equilíbrio e a harmonia. Países com pensamento liberal avançado, como Suécia e Austrália, são exemplos dessas qualidades. O Fórum Econômico Mundial concluiu que somos pouco competitivos principalmente em razão das regulações. A corrupção aparece apenas em sexto lugar no ranking de impedimentos.

DANIEL – Carecemos da visão no longo prazo. Nos EUA, o exército publicou orçamento com planejamento até 2050. O empresário do setor pode desenvolver produtos porque terá aquele mercado. No Brasil, é o inverso. Aqui em São José dos Campos, um polo de desenvolvimento aeronáutico e militar, muitas empresas quebram porque, depois de alguns anos, o governo desiste dos planos, alegando não ter mais orçamento.

CONSIDERANDO O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR DO BRASIL, COMO FICA O DESAFIO DE MELHORAR O PAÍS?

CARLOS ALBERTO – Precisamos de uma matriz para gerar riquezas, mas não conduzir a riqueza para um único local – digamos, Brasília – para que de lá seja distribuída para o resto do País. Não podemos colocar indústria automotiva em Goiás ou no Nordeste. Nesses locais, precisamos fomentar outro tipo de indústria. Faz falta um método matricial. Como não temos, alguns políticos

com visões um pouco mais amplas acabam transformando certos municípios em polos de desenvolvimento, caso de São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto. Mas isso não é planejado. Deveria ser, com concatenação sobre onde colocar rodovias, hidrovias e toda a infraestrutura. Falta visão. São Bento já dizia, no século 5, que os paradigmas não são quebrados de baixo para cima. Tem que ser de cima para baixo. Precisamos de lideranças responsáveis, que batam forte nos problemas, como a regulação e a educação de base.

EDUARDO – No início da década, o PIB do interior do Estado de São Paulo superou o da Grande São Paulo. O interior é grande gerador de riqueza. Há a Mercedes em Itapetininga, a Honda em Sumaré, a Toyota em Sorocaba, entre outras. As indústrias que pensam em se instalar em São Paulo olham para o interior por suas competências. Há mão de obra qualificada, recursos, acessibilidade, mobilidade. Os maiores fluxos de investimentos que tivemos estão no eixo Campinas/Sorocaba/Piracicaba e, em segundo lugar, no Vale do Paraíba. Trabalhamos também políticas de desenvolvimento regionais, como na região com o menor IDH do Estado, o Vale do Ribeira, onde oferecemos linhas de financiamentos com juro zero. Outro elemento que fortalece o interior é o setor de serviços, que hoje cresce mais do que a indústria. As grandes soluções para os serviços podem ser desenvolvidas em qualquer lugar. O enorme mercado de softwares e games, usados até na exploração de petróleo, não precisa necessariamente ficar em São Paulo. Três sujeitos com seus notebooks podem mudar o mundo trabalhando, por exemplo, em Registro. A tendência

é que o interior fique cada vez mais forte. E isso tem se repetido em outros Estados brasileiros.

DANIEL – O Estado de São Paulo ainda é o grande exemplo para o Brasil, de forma geral. Acontece em outros Estados, mas de forma mais tímida. O desenvolvimento vem a partir de um conjunto de fatores. O primeiro é a infraestrutura. É preciso escoar a produção por uma rodovia ou ferrovia. Voltamos ao papel da matriz estruturada para o desenvolvimento sustentável das regiões. E a base para tudo é o planejamento.

BENNET

MARÇO 2018



[illegible]

PATROCÍNIO



PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO



WWW.UMBRASIL.COM